



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO

Setor de Licitações

Contato: (34) 3811-0070 licitacao@po.mg.gov.br



Processo nº	082/2024		
Modalidade Pregão Eletrônico com Registro de Preços nº	054/2024 037/2024		
Tipo	Menor preço por item		
Dotações Orçamentárias	Constante no edital		
Da participação	Ampla concorrência Este procedimento licitatório não será exclusivo para Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, de acordo com o artigo 49, incisos II e III da Lei Complementar nº 123/06: - Não há um mínimo de <u>3 (três) fornecedores competitivos enquadrados como microempresas ou empresas de pequeno porte sediados local ou regionalmente</u> e capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório.		
Da sessão pública do pregão eletrônico	Fim do recebimento das propostas : 05/Agosto/2024 às 08h59min Abertura da Sessão Pública: 05/Agosto/2024 às 09h00min Início da Sessão de Disputa de Preços: 05/Agosto/2024 às 09h00min SESSÃO PÚBLICA: DIA: 05 de Agosto de 2024 HORÁRIO DE INÍCIO DA DISPUTA: 09h00min (horário de Brasília/DF)		
Site para realização do pregão	Portal: www.licitanet.com.br		
Modo de disputa	Aberto		
Objeto do certame	Constitui objeto da presente licitação o REGISTRO DE PREÇOS DESTINADO À FUTURA, EVENTUAL E PARCELADA AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO E EQUIPAMENTOS PARA ATENDIMENTO DO MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO , nas quantidades, qualidades e condições descritas no Termo de Referência.		
Edital	O edital e anexos estão disponíveis com o Pregoeiro/Agente de Contratação, na Prefeitura Municipal, horário de 12hs às 17hs, de segunda a sexta-feira. O edital com os anexos está publicado nos sites https://presidenteolegario.mg.gov.br/licitacoes/ e www.licitanet.com.br para acesso e download por qualquer interessado, sem ônus. Não serão fornecidos editais por fac-simile e pelos correios.		
Contatos e informações:	Kimbelly Luane Barbosa Dos Santos – Pregoeira Telefone (34) 3811-0070 E-mail: licitacao@po.mg.gov.br		

Lei Federal 14.133/21:

Art. 83. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente motivada.

1. PREÂMBULO

O Município de Presidente Olegário, com endereço à Praça Doutor Castilho, nº 10, Bairro: Centro, Presidente Olegário/MG, CEP nº .38.750-000, inscrito no CNPJ sob o nº 18.602.060/0001-40, isento de



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO

Setor de Licitações

Contato: (34) 3811-0070 licitacao@po.mg.gov.br



inscrição estadual, torna pública a abertura do **Processo Licitatório nº 0xx/2024**, na modalidade **Pregão Eletrônico nº 0xx/2024, com Registro de Preços nº 0xx/2024**, do tipo **menor preço item**, regido pela Lei nº 14.133/2021, Decreto nº 10.024/2019, Lei Complementar nº 123/2006, Decreto Municipal nº 1497/2022, que regulamenta o pregão eletrônico no município de Presidente Olegário/MG e demais condições fixadas neste edital.

DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO ELETRÔNICO

Fim do recebimento: **05/08/2024** às 08h059min

Abertura da Sessão Pública **05/08/2024** às 09h00min

Início da Sessão de Disputa de Preços: **05/08/2024** às 09h00min (horário de Brasília/DF)

DIA: 05 de Agosto de 2024

ENDEREÇO ELETRÔNICO: www.licitanet.com.br

2 - DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

2.1 - O pregão, na forma eletrônica será realizado em sessão pública, por meio da INTERNET, mediante condições de segurança - criptografia e autenticação - em todas as suas fases.

2.2 - Os trabalhos serão conduzidos por servidor(a) público(a) do Município de Presidente Olegário, nomeado para cargo de Pregoeiro/Agente de Contratação, através da Portaria nº 018/2024 e equipe de apoio, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o aplicativo "Licitações" constante da página eletrônica www.licitanet.com.br.

2.3 - As comunicações referentes ao certame serão publicadas no site www.licitanet.com.br e www.po.mg.gov.br, na aba de licitações. As demais condições constam do presente edital, seus anexos.

3 - OBJETO

3.1 - Constitui objeto da presente licitação **REGISTRO DE PREÇOS DESTINADO À FUTURA, EVENTUAL E PARCELADA AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO E EQUIPAMENTOS PARA ATENDIMENTO DO MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO**, nas quantidades, qualidades e condições descritas no termo de referência.

4 – CONSULTAS, ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES

4.1 - É facultado a qualquer interessado a apresentação de pedido de **esclarecimentos** sobre o **ato convocatório do pregão** e seus **anexos**, observado, para tanto, o prazo de **até 3 dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública**.

4.1.1 – Os esclarecimentos pretendidos serão dirigidos ao Agente de Contratação, preferencialmente pelo sistema no endereço www.licitanet.com.br, através de e-mail licitacao@po.mg.gov.br ou através de protocolo no setor respectivo da Prefeitura Municipal de Presidente Olegário/MG.

4.1.2 – Não serão respondidos questionamentos orais (através de telefone).

4.1.3 - O Pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de **02 dias úteis**, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos.

4.1.4 - No campo "mensagens" serão disponibilizadas, além das respostas, outras informações que o(a) Pregoeiro(a) julgar importantes, razão pela qual os interessados devem consultar o *site* com frequência.

4.2 - É facultado a qualquer interessado a apresentação de pedido de **providências** ou de **impugnação** ao **ato convocatório do pregão** e seus **anexos**, observado, para tanto, o prazo de **até 3 dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública**.

4.2.1 – A impugnação ou pedido de providências será dirigido ao Pregoeiro, preferencialmente pelo sistema no endereço www.licitanet.com.br, através de e-mail licitacao@po.mg.gov.br ou através de protocolo no setor respectivo da Prefeitura Municipal de Presidente Olegário/MG.

4.2.2 - A impugnação não possui efeito suspensivo e caberá ao pregoeiro, auxiliado pelos



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO

Setor de Licitações

Contato: (34) 3811-0070 licitacao@po.mg.gov.br



responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de **02 dias úteis**, contado da data de recebimento da impugnação.

4.2.3 - A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

4.2.4 - Qualquer modificação no edital exige divulgação pela mesma forma que se deu o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

4.2.5 - A decisão do(a) Pregoeiro(a) será divulgada no *site* do Município, aba licitação e no sistema www.licitanet.com.br para conhecimento de todos os interessados.

5 – LOCAL ONDE PODERÁ SER EXAMINADO O EDITAL E SER ADQUIRIDO

5.1 - O edital encontra-se disponível na internet, nos *sites* www.po.mg.gov.br e www.licitanet.com.br para acesso e download por qualquer interessado, sem ônus, independente de qualquer pagamento. Não será fornecido edital por fac-símile e pelos correios.

6 – CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

6.1 - Poderão participar desta licitação empresas individualmente cujo objeto social seja compatível com o objeto licitado, e em condições de atender todas as exigências deste pregão, constantes deste Edital, termo de referência e seus Anexos, e que estejam devidamente credenciadas, através do site www.licitanet.com.br.

6.1.1 - Para participação na licitação, os interessados deverão credenciar-se diretamente ao Portal: Licitanet no site www.licitanet.com.br, até horário fixado neste Edital para apresentação da proposta e início do pregão.

6.1.2 - O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluía a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

6.1.3 - É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

6.1.4 - O licitante que deixar de assinalar o campo da Declaração de ME/EPP não terá direito a usufruir do tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

OBS: A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

6.2 - O licitante que cumprir os requisitos legais para qualificação como microempresa (ME) ou empresa de pequeno porte (EPP), conforme art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, e que não esteja sujeito a quaisquer dos impedimentos do parágrafo 4º do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, **deverá declarar, em campo próprio, no sistema eletrônico, sua condição de ME ou EPP.**

6.3 – O documento comprobatório do enquadramento do licitante como ME ou EPP **deve ser apresentado junto dos documentos de habilitação**, mediante a apresentação de:

a - *Se inscrito no Registro Público de Empresas Mercantis, declaração de enquadramento arquivada ou a certidão simplificada expedida pela Junta Comercial, ou equivalente, da sede da pequena empresa;*

b - *Se inscrito no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, declaração de enquadramento arquivada ou a Certidão de Breve Relato do Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, ou equivalentes, da sede da pequena empresa.*



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO

Setor de Licitações

Contato: (34) 3811-0070 licitacao@po.mg.gov.br



c - O licitante optante pelo Regime do Simples Nacional deverá apresentar Declaração de Opção pelo "Simples Nacional".

OBS: O licitante que apresentar declaração falsa responderá por seus atos, civil, penal e administrativamente.

6.4 – Não será admitida nesta licitação a participação de empresas nas seguintes condições:

6.4.1 - Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

6.4.2 - Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

6.4.3 - Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

6.4.4 - Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

6.4.5 - Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

6.4.6 - Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

6.4.7 – Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

6.4.8 - Agente público do órgão ou entidade licitante;

6.4.9 - Pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

6.4.10 - Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

6.4.11 - Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).

6.5 - O impedimento de que trata o item 6.4.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

6.6 - A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 6.4.2 e 6.4.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

6.7 - Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

6.8 - O disposto nos itens 6.4.2 e 6.4.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

6.9 - Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133/2021](#).



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO

Setor de Licitações

Contato: (34) 3811-0070 licitacao@po.mg.gov.br



6.10 - A vedação de que trata o item 6.4.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

7 – DO CREDENCIAMENTO NO SISTEMA

7.1 - O credenciamento das empresas interessadas a participar deste Pregão ocorrerá no sítio www.licitanet.com.br.

7.2 - Para ter acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar deste Pregão deverão dispor de chave de identificação e **senha pessoal**, informando-se a respeito do funcionamento e regulamento do sistema.

7.2.1. O uso da senha de acesso pela licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação por ela efetuada diretamente, ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao Município responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

7.2.2. O licitante que deixar de assinalar o campo da Declaração de ME/EPP não terá direito a usufruir do tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

7.2.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Licitanet e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

8. PROPOSTA COMERCIAL (ELETRÔNICA E DIGITADA)

8.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

8.1.1. Valor unitário e total do item;

8.1.2. Marca; (SE FOR O CASO)

8.1.3. Fabricante; (SE FOR O CASO)

8.1.4. Em se tratando de produtos de fabricação da empresa, os campos marca e modelo deverão ser preenchidos sem identificar o titular da proposta; (Exemplo: a palavra “marca própria”).

8.1.5. Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência: indicando, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso.

8.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

8.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.

8.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

8.5. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

8.4.1 - Caso esse prazo não esteja expressamente indicado na proposta comercial, ele será considerado como aceito para efeito de julgamento.

8.4.2 - Decorridos 60 (sessenta) dias da data do recebimento das propostas, sem convocação para a contratação, os licitantes ficam liberados dos compromissos assumidos.

8.4.3 - Se, por motivo de força maior, a adjudicação não puder ocorrer dentro do período de



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO

Setor de Licitações

Contato: (34) 3811-0070 licitacao@po.mg.gov.br



validade das propostas, ou seja, 60 (sessenta) dias, poderá ser solicitada a prorrogação de sua validade a todos os licitantes classificados, por igual prazo, no mínimo, caso persista o interesse deste Município.

8.4.4 - A prorrogação da validade das propostas, caso solicitada, nos termos do subitem anterior, dependerá do consentimento dos licitantes quanto à respectiva proposta.

8.5 – Os preços propostos serão de exclusiva responsabilidade da licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração dos mesmos, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

8.6 - A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

9 – CRITÉRIOS DE JULGAMENTO

9.1 - O critério de julgamento será o de **menor preço**, representado pelo **menor preço por item**, desde que observadas às especificações e demais condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

Acórdão 8497/2022 Segunda Câmara (Tomada de Contas Especial, Relator Ministro-Substituto Marcos Bemquerer)

Responsabilidade. Contrato administrativo. Superfaturamento. Solidariedade. Proposta de preço. Orçamento estimativo.

As empresas que oferecem propostas com valores acima dos praticados pelo mercado, tirando proveito de orçamentos superestimados elaborados pelos órgãos públicos contratantes, contribuem para o superfaturamento dos serviços, sujeitando-se à responsabilização solidária pelo dano evidenciado.

9.2 - Será desclassificada a proposta comercial que:

9.2.1 - não se refira à integralidade do objeto;

9.2.2 - não atenda às exigências estabelecidas neste edital ou em diligência;

9.2.3 - apresentar proposta final com preço superior ao preço máximo estipulado no edital;

9.2.4 - que identifique o licitante.

9.3 - Apresente preço simbólico, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado acrescidos dos respectivos encargos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do licitante, para os quais ele renuncie à parcela ou à totalidade da remuneração; ou superestimados ou, ainda, manifestamente inexequíveis, assim considerados nos termos do disposto no art. 49, III da Lei nº 14.133/21.

9.3.1 - Será considerada irrisória a proposta que não apresente valor mínimo necessário para cobrir os custos com salários, encargos sociais e trabalhistas, insumos e tributos incidentes;

9.3.2 - Se o(a) Pregoeiro(a) entender que o preço é inexequível, fixará prazo para que o licitante demonstre a exequibilidade de seu preço por meio de planilha de custos elaborada pelo próprio licitante, sujeita a exame pela Administração, e contratações em andamento com preços semelhantes, além de outros documentos julgados pertinentes pelo(a) Pregoeiro(a);

9.3.3 - Não havendo a comprovação da exequibilidade do preço, a proposta será desclassificada, sujeitando-se o licitante às sanções legais;

9.4 - Não indique expressamente a marca, conforme especificações do Anexo I (exceto quando for serviço).

9.5 - Na análise das propostas não será considerada qualquer oferta de vantagem.

9.6 - Quaisquer erros de soma e/ou multiplicação apurados nos itens componentes da planilha de preços serão corrigidos pelo(a) Pregoeiro(a);

9.7 - Serão corrigidos os valores dos preços unitários ou do preço total do item, conforme a divergência apurada, de forma a prevalecer, sempre, o valor total menor ou igual ao valor do lance ofertado na sessão do Pregão ou o valor negociado com o(a) Pregoeiro(a), após diligência e mediante expressa anuência do licitante.



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO

Setor de Licitações

Contato: (34) 3811-0070 licitacao@po.mg.gov.br



9.7.1 - Após anuência do licitante, a correção será consignada em ata de julgamento.

9.7.2 - **Serão desconsiderados os valores a partir da terceira casa decimal.**

9.8 - O(a) Pregoeiro(a) poderá, no julgamento das propostas e da documentação, desconsiderar evidentes falhas formais sanáveis e que não afetem o seu conteúdo.

9.9 - As propostas e documentação apresentadas poderão ser submetidas à apreciação da área solicitante para verificação do atendimento ao objeto licitado, mediante parecer fundamentado.

10 - PARTICIPAÇÃO E PROCEDIMENTOS DA SESSÃO DO PREGÃO

10.1 – A participação no Pregão Eletrônico dar-se-á pelo acesso ao site www.licitanet.com.br e subsequente registro da Proposta Comercial por meio do sistema eletrônico, observada a data e horário limite estabelecidos no caput deste Edital.

10.1.1 - O acesso ao sistema e encaminhamento da proposta devem ser feitos pelos licitantes na página inicial do site www.licitanet.com.br, opção “**Acesso ao Usuário**”.

10.2 - Na data e hora estabelecidas neste edital, a sessão pública do Pregão Eletrônico será iniciada, com a abertura e divulgação das Propostas Comerciais, sendo avaliada a aceitabilidade das mesmas pelo(a) Pregoeiro(a), **mantido o sigilo estabelecido pelo sistema.**

10.3 - Realizado o acesso à sessão do pregão, no dia e hora definidos para a realização da sessão, o sistema apresentará a relação das licitações para as quais o fornecedor teve propostas classificadas.

10.4 - Aberta a etapa competitiva, os representantes dos licitantes deverão estar conectados ao sistema para participar da etapa de lances, exclusivamente pelo meio eletrônico, observado o horário de duração e as regras estabelecidas neste edital, vedada a identificação do titular do lance.

10.4.1 – Durante a sessão pública, a comunicação entre o(a) Pregoeiro(a) e os licitantes ocorrerá exclusivamente **mediante troca de mensagens**, em campo próprio do sistema eletrônico.

10.4.2 - Alegações posteriores não serão aceitas, caso o licitante não efetue lances.

10.5 – A cada lance ofertado o licitante será imediatamente informado pelo sistema sobre seu recebimento e respectivo horário de registro e valor.

10.5.1 - Neste Pregão o modo de disputa adotado é aberto, assim definido no inciso I art. 31º do Decreto n.º 10.024/2019.

10.5.2 - O intervalo de diferença entre os lances deverá ser de, no mínimo, R\$ 0,01 (um centavo), tanto em relação aos lances intermediários, quanto em relação do lance que cobrir a melhor oferta.

10.6 - O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

10.6.1 - Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “**ABERTO**”, será realizado da seguinte forma:

a) A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

b) A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

c) Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

d) Encerrada a sessão pública sem prorrogação automática pelo sistema, nos termos do disposto na letra “b”, o pregoeiro poderá, assessorado pela equipe de apoio, admitir o reinício da etapa de envio de lances, em prol da consecução do melhor preço, mediante justificativa.

10.7 - O licitante poderá encaminhar lance com valor superior ao menor registrado, desde que seja inferior ao seu último lance ofertado e diferente de qualquer outro válido para o item ou lote.



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO

Setor de Licitações

Contato: (34) 3811-0070 licitacao@po.mg.gov.br



10.8 - Permanecerá válida a proposta comercial encaminhada pelo sistema na hipótese de o licitante não encaminhar lances, sendo considerada para a classificação final.

10.9 - Se os licitantes não ofertarem lances será verificada a conformidade da proposta de menor preço em relação ao valor estimado da contratação.

10.10 - Problemas na operação do sistema deverão ser comunicados pelos licitantes, imediatamente ao provedor: www.licitanet.com.br

10.11 - Havendo desconexão do(a) Pregoeiro(a) no decorrer da etapa de lances, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para recepção de lances. O(a) Pregoeiro(a), quando possível, continuará a gerenciar a sessão, sem prejuízo dos atos realizados.

10.12 - Se a desconexão do pregoeiro durante a etapa de lances persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão será automaticamente suspensa, sendo reiniciada apenas após comunicação expressa aos participantes, informando data e horário para continuação da disputa.

10.13 - Se a proposta mais bem classificada não tiver sido ofertada por ME ou EPP, e houver proposta apresentada por ME ou EPP com valor até 5% (cinco por cento) superior ao melhor preço, estará configurado o empate previsto no art. 44, § 2º, da Lei Complementar nº 123/06. **(Somente para quando a licitação for para ampla concorrência).**

10.14 - Ocorrendo o empate, proceder-se-á da seguinte forma:

10.14.1 - A ME ou a EPP mais bem classificada será convocada, para no prazo de 5 (cinco) minutos, apresentar nova proposta de preço inferior àquela considerada classificada em 1º lugar no certame, sob pena de preclusão do exercício do direito de preferência.

10.14.2 - Caso a ME ou EPP mais bem classificada, em situação de empate ficto, utilize seu direito de preferência, será classificada em primeiro lugar e dar-se-á prosseguimento à sessão.

10.14.3 - Se a ME ou EPP mais bem classificada não exercer o seu direito de preferência, na forma do subitem anterior, serão convocadas as demais ME ou EPP remanescentes, cujas propostas estiverem no limite estabelecido no item 10.13, na ordem de classificação, para o exercício do direito de preferência.

10.14.4 - No caso de equivalência dos valores apresentados pelas ME ou EPP que se encontrem nesse limite, o sistema realizará sorteio, entre essas empresas, para definir a que primeiro poderá apresentar novo lance.

10.14.5 - Não havendo ME ou EPP, em situação de empate ficto, que utilize o direito de preferência, prosseguir-se-á a sessão observando-se a classificação da etapa de lances.

10.14.6 - Será classificado em primeiro lugar o licitante que, ao final da etapa de lances, após aplicação do direito de preferência instituído pela Lei Complementar nº 123/06, ofertar o menor preço.

10.15.7 – Caso persista o empate entre licitantes que não atenda as hipóteses acima, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#)

10.15 - Encerrada a etapa competitiva, o(a) Pregoeiro(a) poderá negociar, via “chat”, diretamente com o licitante que tiver apresentado o lance de menor preço, para que possa ser obtida melhor proposta, bem como decidir sobre sua aceitação.

10.16 - Os licitantes, a qualquer momento, após finalizada a disputa do item ou lote, poderão registrar seus questionamentos para o(a) Pregoeiro(a) via Sistema, por meio do “chat”. Todas as mensagens constarão do histórico da “Ata de Sessão do Pregão”.

10.17 - Quando necessário, o(a) Pregoeiro(a) poderá estabelecer prazo para que o licitante demonstre a exequibilidade de seus preços por meio de documentos.

10.18 - Os documentos relativos à habilitação somente serão exigidos em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificados (1º lugar). Os documentos exigidos para habilitação serão enviados por meio do sistema, no prazo de 02 (Duas horas), contados da solicitação do pregoeiro.

Observações:



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO

Setor de Licitações

Contato: (34) 3811-0070 licitacao@po.mg.gov.br



1º Caso a empresa não faça a inserção dos documentos em campo próprio do sistema implicará na desclassificação da empresa.

10.18.1 - Impugnado algum documento pelos demais licitantes, o detentor do menor preço deverá produzir prova de sua exatidão, em prazo a ser definido pelo(a) Pregoeiro(a) para cumprimento da diligência.

10.18.2 - Os documentos originais poderão ser solicitados, por determinação do(a) Pregoeiro(a), quando julgar necessário, para apresentação em 2 (dois) dias úteis, com vistas à confirmação da autenticidade.

10.18.3 - Os prazos acima poderão ser prorrogados, a pedido do licitante, com justificativa aceita pelo(a) Pregoeiro(a), desde que apresentado requerimento no prazo inicialmente concedido.

10.19 – Após a disputa de preços e habilitação dos fornecedores, o pregoeiro dará oportunidade para **manifestação de intenção de interpor recurso** estabelecendo prazo de no máximo 15 min. para envio, via sistema da **manifestação** em recorrer (A apresentação do recurso deverá ocorrer conforme cláusula 13 deste edital).

10.19.1 - O licitante, cuja proposta comercial tenha sido desclassificada antes da etapa de lances, interessado em recorrer, também deverá manifestar a sua **intenção** de interpor recurso.

10.20 - Da sessão lavrar-se-á ata circunstanciada, na qual serão registradas as ocorrências relevantes e que, ao final, deverá obrigatoriamente ser assinada pelo pregoeiro e licitantes presentes, ressaltando-se que poderão constar ainda as assinaturas da equipe de apoio, sendo-lhe facultado este direito.

11 – DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

11.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, a Pregoeira verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta ao seguinte cadastro:

11.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS e o e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP (www.portaldatransparencia.gov.br).

11.3. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429/1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

11.4. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

11.5. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

11.6. O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

11.7. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

11.8. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

11.9. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos licitantes será verificada por meio da Licitanet, em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação econômica-financeira e habilitação técnica.

11.10. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO

Setor de Licitações

Contato: (34) 3811-0070 licitacao@po.mg.gov.br



documento digital.

11.11. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

11.12. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

11.13. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

11.14 - O licitante, **classificado provisoriamente em primeiro lugar, em cada item ou lote**, deverá apresentar na forma e prazos previstos no item 10.18 deste edital, a documentação abaixo relacionada:

11.15. Habilitação Jurídica

- a) Registro comercial, no caso de empresa individual;
- b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- c) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;
- d) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;
- e) Os documentos acima deverão estar acompanhados da última alteração ou da consolidação respectiva;
- f) Documentação de Identificação com foto do Responsável Legal se pessoa Jurídica.

11.16. Regularidade Fiscal, Social e Trabalhista

***Licitante fique atento as datas de validade da documentação.**

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (**CNPJ**);
- b) Prova de regularidade com a **Fazenda Nacional**, relativos aos Tributos federais, inclusive contribuições previdenciárias, tanto no âmbito Federal quanto no âmbito da procuradoria da Fazenda Nacional (Certidão Unificada, conforme portaria MF 358, de 05 de setembro de 2014, alterada pela Portaria MF nº 443, de 17 de outubro de 2014), assegurada a regra para as microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 43 da Lei Complementar Nº 123, de 14 de dezembro de 2006;
- c) Prova de regularidade relativa ao **Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS**: Certidão de Regularidade de Situação - CRF, emitida pela Caixa Econômica Federal;
- d) Prova de regularidade junto à **Fazenda Estadual**, através da Certidão Negativa junto aos Estado em que o licitante é domiciliado.
- e) Prova de regularidade para com a **Fazenda Municipal** do domicílio ou sede do licitante mediante apresentação de certidão emitida pela Secretaria competente do Município.
- f) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a **Justiça do Trabalho**, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943 (**CNDT**);
- g) caso o licitante seja considerado isento dos tributos estaduais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante declaração da Fazenda Estadual do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;
- h) caso o licitante detentor do menor preço seja qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

11.17. Qualificação Econômico-Financeira:

- a) Certidão negativa de feitos sobre **falência, recuperação judicial** ou recuperação extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede do licitante, caso reste declarado que ficam excluídos os processos no âmbito do processo judicial eletrônico-PJE, a licitante necessariamente também precisa apresentar a certidão de distribuição PJE falência, recuperação judicial ou recuperação extrajudicial.

11.18. Qualificação Técnica

- a) **Atestado de Capacidade Técnica da Empresa**, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando a execução satisfatória do objeto da presente licitação, observando-se que tal(is)



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO

Setor de Licitações

Contato: (34) 3811-0070 licitacao@po.mg.gov.br



atestado(s) não seja(m) emitido(s) pela própria empresa ou por empresa do mesmo grupo empresarial.

O atestado deverá conter as seguintes informações:

- **Nome, CNPJ e endereço completo do emitente;**
- Descrição do produto fornecido ou serviço prestado;
- Nome da empresa que prestou(s) o(s) serviço(s);
- Data de emissão;
- Assinatura e identificação do signatário (nome e cargo ou função que exerce junto à emitente)

b) Os licitantes vencedores dos itens, deverão apresentar a seguinte documentação:

- **PROSPECTO/PANFLETO**, definidos por folhetos ou impressos que incluem informações sobre a especificação técnica do equipamento, suas principais características, marca, modelo, dentre outros, deve conter foto ilustrativa, também pode ser entendido como um anúncio ou divulgação.

c) As declarações exigidas para habilitação na lei 14.133/2021 (artigo 63, I, IV, §1º e 68, VI) serão geradas pela Pregoeira no próprio sistema licitanet e anexadas ao processo licitatório.)

OBS: Conforme disposto no Art. 64 da Lei 14.133/2021 o agente de contratação ou autoridade superior poderá realizar diligência para verificar a veracidade das informações constantes no atestado apresentado.

11.19. Qualquer informação incompleta ou inverídica constante dos documentos apresentados apurada pelo(a) Pregoeiro(a), mediante simples conferência ou diligência, implicará na inabilitação da respectiva licitante e envio dos documentos para o M.P.M.G (Ministério Público de Minas Gerais), para apuração, se possível, de prática delituosa, conforme art. 155 e seguintes da Lei Federal 14.133/21.

11.20. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal, social e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

11.21. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

11.22. A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

11.23. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a continuidade da mesma.

11.24. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º):

11.24.1 complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

11.24.2 atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

11.25. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

11.26. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital.

11.27. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

11.28. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

11.29. Nos itens não exclusivos a microempresas e empresas de pequeno porte, em havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

11.30. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO

Setor de Licitações

Contato: (34) 3811-0070 licitacao@po.mg.gov.br



11.31. As Certidões que não possuírem prazo de validade, somente serão aceitas com data de emissão não superior a 90 (noventa) dias consecutivos de antecedência da data de abertura da sessão deste Pregão.

12 - DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

12.1. O pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de **02 (DUAS) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados e deverá:

12.1.1. ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.

12.1.2. conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

12.1.3. O licitante poderá assinar a proposta final que é disponibilizada no sistema (ASSINAR P. FINAL).

12.1.4. O LICITANTE DEVERÁ COLOCAR NO CAMPO OBSERVAÇÃO DO SISTEMA OU INFORMAR NO CHAT: O REPRESENTANTE LEGAL PARA FINS DE ASSINATURA DO CONTRATO E DADOS BANCÁRIOS PARA PAGAMENTO).

12.1.5. O EMAIL INFORMADO PELA LICITANTE DEVERÁ SER DO REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA, POIS ESSE EMAIL SERÁ UTILIZADO PARA ENCAMINHAMENTO DAS ATAS E CONTRATOS PARA ASSINATURA.

12.2. Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

12.3. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

12.4. A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

13 – RECURSO ADMINISTRATIVO

13.1 - Por ocasião do final da sessão, a(s) proponente(s) que participou (aram) do **PREGÃO** deverá (ão) **manifestar** imediata e motivadamente a(s) intenção (ões) de **recorrer**, conforme item 10.19 deste edital.

13.1.1 - A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão.

13.2 - Havendo intenção de interposição de **recurso** contra qualquer etapa / fase / procedimento do **PREGÃO**, a proponente interessada deverá manifestar-se imediata e motivadamente a respeito via sistema, procedendo-se, inclusive, o registro das razões em ata, juntando memorial no prazo de 3 (três) dias, a contar da ocorrência.

13.3 - As demais proponentes ficam, desde logo, intimadas para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr no término do prazo do **RECORRENTE**.

13.3.1 - Os recursos e ou contrarrazões deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

13.4 - O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

13.5 - Os autos deste Pregão eletrônico permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço e horários previstos neste Edital.

13.6 – O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

13.7 - O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

14. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

14.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

14.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO

Setor de Licitações

Contato: (34) 3811-0070 licitacao@po.mg.gov.br



14.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da Lei Complementar nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

14.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta:

14.2.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat").

14.2.2. A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos na Licitanet, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

15. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

15.1. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato da autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

15.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

16. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

16.1. Não haverá exigência de garantia de execução para a presente contratação.

17. DO TERMO DE CONTRATO OU DOCUMENTO EQUIVALENTE

17.1. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

17.2. O adjudicatário terá o prazo de 05 (CINCO) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

17.2.1. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou aceite do instrumento equivalente, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura ou aceite da Adjudicatária, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado ou aceito no prazo de 05 (CINCO) dias, a contar da data de seu recebimento.

17.2.2. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

17.3. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

17.3.1. Referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021;

17.3.2. A contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no edital e seus anexos;

17.3.3. A contratada reconhece que as hipóteses de extinção do contrato são aquelas previstas no artigo 137, 138 e 139 da Lei nº 14.133/2021 e reconhece os direitos da Administração previstos no artigo 79 e 80 da mesma Lei.

17.4. Decorrido o prazo de assinatura da Ata de Registro de Preços sem manifestação do adjudicatário, é facultado a Secretaria Municipal de Saúde e Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Turismo, convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo, em igual prazo e nas mesmas condições propostas pela primeira classificada, inclusive quanto aos preços, devidamente atualizados, se for o caso, ou revogar o processo.

17.5. A existência de preços registrados não obriga o Município a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de processo específico para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

17.6. O prazo de vigência da contratação e a possibilidade de sua prorrogação é conforme previsão no instrumento contratual ou no termo de referência.

17.7. Previamente à contratação a Administração realizará consultas para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018, e nos termos do art. 6º, III, da Lei nº 10.522/2002, consulta prévia ao CADIN.



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO

Setor de Licitações

Contato: (34) 3811-0070 licitacao@po.mg.gov.br



17.8. Na assinatura do contrato, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato.

17.9. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar o contrato, a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato ou a ata de registro de preços.

17.10. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

a) Apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

b) Demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei Federal nº 14.133/21;

c) prévias consulta e aceitação do órgão ou entidade gerenciadora e do fornecedor.

17.11. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

17.12. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

17.13. As aquisições ou as contratações adicionais por ADESÃO, não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes.

17.14. O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.

17.15. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida em conformidade com as disposições nela contidas.

17.16. Do contrato (quando for o caso)

17.16.1. O Município poderá, na forma do artigo 95 da Lei 14.133/21, substituir o contrato por outros instrumentos hábeis.

17.16.2. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida em conformidade com as disposições nela contidas.

18. DO REAJUSTAMENTO EM SENTIDO GERAL

18.1. As regras acerca do reajustamento e do reequilíbrio são as estabelecidas no Termo de Referência,

19. DA EXECUÇÃO, GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

19.1. Os critérios de recebimento e aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no Termo de Referência, anexo a este Edital.

20. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

20.1. As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital.

21. DO PAGAMENTO

21.1. As regras acerca do pagamento são as estabelecidas no Termo de Referência.

22. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

22.1. As regras acerca das sanções são as estabelecidas no Termo de Referência.

23. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

23.1. Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.

23.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO

Setor de Licitações

Contato: (34) 3811-0070 licitacao@po.mg.gov.br



23.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

23.4. No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

23.5. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

23.6. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

23.7. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

23.8. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

23.9. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

23.10. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

23.11. O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico, www.presidenteolegario.mg.gov.br/licitacoes/, www.licitanet.com.br, https://pncp.gov.br/app/editais?q=&&status=recebendo_proposta&pagina=1, e também poderão ser lidos e/ou obtidos no endereço Praça Doutor Castilho, bairro Centro, Presidente Olegário/MG, CEP: 38.750-000, nos dias úteis, no horário das 12 horas às 17 horas, mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

23.12. Na análise da documentação e no julgamento das Propostas Comerciais, o(a) Pregoeiro(a) poderá, a seu critério, solicitar o assessoramento técnico de órgãos ou de profissionais especializados.

23.13. O(a) Pregoeiro(a), no interesse da Administração, poderá adotar medidas saneadoras, durante o certame, e relevar omissões e erros formais, observadas na documentação e proposta, desde que não contrariem a legislação vigente, sendo possível a promoção de diligências junto aos licitantes, destinadas a esclarecer a instrução do processo, conforme disposto no § 2º, do art. 59 e art. 64 da Lei Federal nº 14.133/21.

23.14. O foro designado para julgamento de quaisquer questões judiciais resultantes deste Edital será o da Comarca de Presidente Olegário-MG.

23.15. Elaboração do Edital: Monize Angela de Andrade

23.16. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I – Cópia do Termo de Referência;

ANEXO II - Modelo de Proposta Comercial;

ANEXO III – Modelo de Declaração de condições de ME, EPP ou equiparada;

ANEXO IV – Modelo de declaração completa;

ANEXO V – Minuta da Ata de Registro de Preços;

ANEXO VI – Minuta do Contrato;

Presidente Olegário/MG, 24 de Julho de 2024.

Gilmar Caetano da Silva
**Secretário Municipal de Obras e Serviços
Públicos**

Eugênio Pinheiro Araújo
Secretário Municipal de Administração



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO

Setor de Licitações

Contato: (34) 3811-0070 licitacao@po.mg.gov.br



Lara Fernandes Rodrigues Ribeiro
Secretária Municipal de Saúde

Nilda Maria de Sousa Borges
Secretária Municipal de Educação, Cultura e Turismo

Rafael Caetano da Fonseca
Secretário Municipal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Paula Dimieve Fernandes Netta
Secretária Municipal de Desenvolvimento Social

Kimbelly Luane Barbosa Santos
Pregoeira



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO

Setor de Licitações

Contato: (34) 3811-0070 licitacao@po.mg.gov.br



ANEXO I

CÓPIA DO TERMO DE REFERÊNCIA

01 – OBJETO

REGISTRO DE PREÇOS DESTINADO À FUTURA, EVENTUAL E PARCELADA AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO E EQUIPAMENTOS PARA ATENDIMENTO DO MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO, nas quantidades, qualidades e condições descritas neste termo de referência:

Item	Descrição	Unidade	Quantidade	Especificação	Valor unitário	Valor total
001	APARELHO DE AR CONDICIONADO 12.000BTU	UN	21	APARELHO DE AR CONDICIONADO 12.000BTU	R\$2.592,85	R\$54.449,85
002	APARELHO DE AR CONDICIONADO 18.000 BTU	UN	4	APARELHO DE AR CONDICIONADO 18.000 BTU	R\$3.486,44	R\$ 13.945,76
003	APARELHO TELEFONE SEM FIO	UN	23	APARELHO TELEFONE SEM FIO	R\$ 232,60	R\$ 5.349,80
004	APARELHO TELEFONICO C/ FIO	UN	5	APARELHO TELEFONICO C/ FIO	R\$ 505,10	R\$ 2.525,50
005	AR CONDICIONADO	UN	2	·TIPO: SPLIT9000 BTUS ·TECNOLOGIA: INVERTER ·TENSÃO: 220V 60MHZ ·POTÊNCIAEMREFRIGERAÇÃO: 815W ·CORRENTEEMREFRIGERAÇÃO: 4,63A ·CONSUMO NORMATIZADO INMETRO: 17,1 KWH/MÊS ·EER: 3,24 W/W ·CLASSIFICAÇÃO ENERGÉTICA: A ·VAZÃO MÁXIMA DE AR UNIDADE INTERNA: 8 M³/MIN ·NÍVEL DE RUÍDO MÁXIMO UNIDADE INTERNA: 39 DB(A) ·NÍVEL DE RUÍDO MÁXIMO UNIDADE EXTERNA: 47 DB(A) ·DESUMIDIFICAÇÃO: 0,83 L/H ·FAIXA DE TEMPERATURA EXTERNA DE REFRIGERAÇÃO: 18~48°C ·ACABAMENTO: BRANCO ·FUNÇÃO ENERGYSAVING ·JET COOL: RESFRIAMENTO RÁPIDO ·MODO SOFT DRY ·DEFLEXÃO DE AR ACIMA E ABAIXO AUTOMÁTICO ·CONTROLE REMOTO ·GÁS REFRIGERANTE: R-410ª ·FAIXA DE AJUSTE DE TEMPERATURA 18~30°C ·MODO AUTO CLEAN ·FILTRO MULTIPROTEÇÃO COM TECNOLOGIA 3M ·IONIZADORIONCARE+ ·PROTEÇÃO ANTICORROSÃO	R\$1.317,11	R\$ 2.634,22
006	AR CONDICIONADO 36000 BTU	UN	2	AR CONDICIONADO 36000 BTU CODIGO DA EVAPORADORA: CFI36, CODIGO DA CONDENSADORA: CFE36, FUNÇÃO DRY: RETIRA A UMIDADE DO AMBIENTE, PROGRAMA PREFERIDO (MODO AUTOMÁTICO): O AR CONDICIONADO ATINGE A TEMPERATURA PROGRAMADA PELO CONSUMIDOR AJUSTANDO O CICLO E A VELOCIDADE DA VENTILAÇÃO, FUNÇÃO ECO: PROPICIA UMA TEMPERATURA PROGRAMADA AGRADÁVEL, COM UMA REDUÇÃO DO CONSUMO DE ENERGIA, FUNÇÃO	R\$8.369,75	R\$16.739,50



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO

Setor de Licitações

Contato: (34) 3811-0070 licitacao@po.mg.gov.br



				LOCK: PERMITE O TRAVAMENTO DE ALGUMAS FUNÇÕES PRE PROGRAMADAS EVITANDO QUE ELAS SEJAM ALTERADAS, AUTO DIAGNÓSTICO: AVISA QUANDO HÁ ALGUMA IRREGULARIDADE COM O PRODUTO.		
007	ARMÁRIO DE AÇO A90 COM DUAS PORTAS, 4 PRATELEIRAS, SUPORTA ATÉ 45 KG DISTRIBUÍDOS PELAS PRATELEIRAS,	UN	34	ARMÁRIO DE AÇO A90 COM DUAS PORTAS, 4 PRATELEIRAS, SUPORTA ATÉ 45 KG DISTRIBUÍDOS PELAS PRATELEIRAS, ESPESSURA DA PRATELEIRA CHAPA 26, MEDIDAS APROXIMADAS: 1975MM, LARGURA 900MM, PROFUNDIDADE 400MM, COR CINZA, COM PÉS METÁLICOS COM SAPATAS DE PLÁSTICO.	R\$1.287,13	R\$43.762,42
008	ARMÁRIO DE AÇO CHAPA 20, DUAS PORTAS COM CHAVE, 05 PRATELEIRAS REGULÁVEIS...	UN	19	ARMÁRIO DE AÇO CHAPA 20, DUAS PORTAS COM CHAVE, 05 PRATELEIRAS REGULÁVEIS, 1,90M DE ALTURA X 0,90M DE LARGURA X 0,40M DE PROFUNDIDADE, PINTADO COM ESMALTE SINTÉTICO APÓS TRATAMENTO ANTIFERRUGINOSO E SECADA EM ESTUFA, NA COR CINZA PADRÃO.	R\$1.101,24	R\$20.923,56
009	ARMÁRIO ROUPEIRO 8 PORTAS	UN	1	QUANTIDADE 8 PORTAS CHAPA 26 DIMENSÕES ALP/CM (APROXIMADAMENTE) 198 X 70 X40 PESO SUPORTADO APROXIMADO 30 KG POR COMPARTIMENTO	R\$1.233,67	R\$1.233,67
010	ARMÁRIO VITRINE COM 02 PORTAS. MATERIAL DE CONFEÇÃO EM AÇO, COM LATERAIS EM VIDRO, TETO E FUNDO EM	UN	4	ARMÁRIO VITRINE COM 02 PORTAS. MATERIAL DE CONFEÇÃO EM AÇO, COM LATERAIS EM VIDRO, TETO E FUNDO EM CHAPA DE AÇO 20, LATERAIS E PORTAS DE VIDRO DE 3MM E 04 PRATELEIRAS DE 4MM DE ESPESSURA APROXIMADAMENTE, PRATELEIRAS REGULÁVEIS, PORTA COM FECHADURA TIPO YALE, PÉS GUARNECIDOS COM PONTEIRAS DE BORRACHA, PINTADO COM ESMALTE SINTÉTICO APÓS TRATAMENTO ANTIFERRUGINOSO E SECADA EM ESTUFA, COR CINZA PADRÃO, DIMENSÕES APROXIMADAS DE 0,65M DE LARGURA X 0,40M DE PROFUNDIDADE X 1,65M DE ALTURA.	R\$1.462,25	R\$ 5.849,00
011	ARQUIVO CONFECCIONADO EM AÇO CHAPA 24, 04 GAVETAS PARA PASTA SUSPENSAS, COM DESLIZADOR DA GAVETA EM	UN	18	ARQUIVO CONFECCIONADO EM AÇO CHAPA 24, 04 GAVETAS PARA PASTA SUSPENSAS, COM DESLIZADOR DA GAVETA EM TRILHO TELESCÓPICO, MEDINDO 1,30M DE ALTURA X 0,45M DE LARGURA X 0,50M DE PROFUNDIDADE, CAPACIDADE APROXIMADA DE 30KG POR GAVETA, FECHADURA TIPO YALE COM 02 CHAVES, FECHANDO SIMULTÂNEO DAS GAVETAS, PINTADO COM ESMALTE SINTÉTICO APÓS TRATAMENTO ANTIFERRUGINOSO E SECADA EM ESTUFA NA COR CINZA PADRÃO.	R\$ 820,98	R\$14.777,64
012	BANCO DE RÉGUA (DE NO MÍNIMO 3,0 CM DE LARGURA) DE MADEIRA (SUCUPIRA PRETA OU SIMILAR) ENVERNIZADOS,	UN	20	BANCO DE RÉGUA (DE NO MÍNIMO 3,0 CM DE LARGURA) DE MADEIRA (SUCUPIRA PRETA OU SIMILAR) ENVERNIZADOS, MEDINDO 2,5 X 0,46 X 0,35	R\$ 908,39	R\$18.167,80
013	BANQUETA	UN	5	BANQUETA PARA REFEITÓRIO, APROXIMADAMENTE 57CM DE	R\$ 288,25	R\$ 1.441,25



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO

Setor de Licitações

Contato: (34) 3811-0070 licitacao@po.mg.gov.br



				ALTURA, ESTRUTURA DE METAL E TAMPO ESTOFADO.		
014	BATEDEIRA PLANETÁRIA, 4 LITROS 500W, 127V.	UN	5	BATEDEIRA PLANETÁRIA, 4 LITROS 500W, 127V.	R\$ 377,47	R\$1.887,35
015	BEBEDOURO BRANCO CAPACIDADE DE REFRIGERAÇÃO 3,5 L/H (EM AMBIENTES A 25° C) CAPACIDADE DO RESER	UN	1	APROXIMADAS CAPACIDADE DE REFRIGERAÇÃO 3,5 L/H (EM AMBIENTES A 25° C) CAPACIDADE DO RESERVATÓRIO 3 LITROS ACOMPANHA GALÃO NÃO POTÊNCIA (W) 154 CONSUMO DE ENERGIA (KW/H) 5,5 KW TENSÃO/VOLTAGEM 110 V/220 V CONTEÚDO DE EMBALAGEM -1 BEBEDOURO GARANTIA 12 MESES	R\$ 660,63	R\$660,63
016	BEBEDOURO EM AÇO INOX,COM DUAS TORNEIRAS	UN	11	BEBEDOURO EM AÇO INOX,COM DUAS TORNEIRAS(01 GELADA E 01 NATURAL), 50 LITROS ACABAMENTO EXTERNO EM AÇO INOX, COM FILTRO EXTERNO DE CARVÃO ATIVADO. MEDIDAS ALTURAXPROFUNDIDADEXLARGURA 1,33MX0,52MX0,45M	R\$1.752,67	R\$19.279,37
017	BEBEDOURO INDUSTRIAL 100 LITROS	UN	5	BEBEDOURO INDUSTRIAL 100 LITROS. GABINETE ESTRUTURAL CONFECCIONADO EM AÇO INOX. SEGURANÇA E QUALIDADE CERTIFICADAS PELO INMETRO. SISTEMA DE REFRIGERAÇÃO BALANCEADO. BAIXO CONSUMO DE ENERGIA. RESERVATORIO PARA 100 LITROS DE AGUA GELADA. CAPACIDADE DE REFRIGERAÇÃO 180 L/ HORA. ISOLAMENTO TERMICO. APARADOR EM AÇO INOX. DRENO DE ESCOAMENTO EMBUTIDO. TORNEIRA EM METAL CROMADO. TERMOSTATO REGULADOR DE TEMPERATURA. DIMENSÕES 1300 X 700 X 700 MM (ALT X LARG X PROF). TENSÃO: 127 V OU 220V.	R\$2.204,24	R\$11.021,20
018	BEBEDOURO INDUSTRIAL 15 LITROS NOX COM KIT DE INSTALAÇÃO E FILTRO - VOLTAGEM:127V. GABINETE ESTRUTUR	UN	5	BEBEDOURO INDUSTRIAL 15 LITROS NOX COM KIT DE INSTALAÇÃO E FILTRO - VOLTAGEM:127V. GABINETE ESTRUTURAL FABRICADO EM INOX 403. RESERVATÓRIO CONFECCIONADO EM POLIETILENO ATÓXICO, COM SERPENTINA INTERNA EM INOX 304. BOIA CONTROLADORA DO NÍVEL DE ÁGUA E APARADOR DE ÁGUA (PINGADEIRA) EM ABS. DEVE POSSUIR UNIDADE CONDENSADORA, ISOLAMENTO TÉRMICO E SISTEMA DE REFRIGERAÇÃO BALANCEADO. TEMPERATURA DE RESFRIAMENTO: NO MÍNIMO 10° C. FREQUÊNCIA MÍNIMA: 60 HZ. DIMENSÕES APROXIMADAS: 650MMX410MMX460MM.	R\$1.980,44	R\$ 9.902,20
019	BERÇO (PARA COLCHÃO 60X130CM)	UN	60	BERÇO (PARA COLCHÃO 60X130CM) - CERTIFICADO PELO INMETRO,	R\$ 698,91	R\$41.934,60



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO

Setor de Licitações

Contato: (34) 3811-0070 licitacao@po.mg.gov.br



	- CERTIFICADO PELO INMETRO, MATERIAL MDP, COR BRANCO, SUPORTE DE MOSQU			MATERIAL MDP, COR BRANCO, SUPORTE DE MOSQUETEIRO, GRADE FIXA, DIMENSÕES DO PRODUTO MONTADO: ALTURA: 91,5CM, COMPRIMENTO: 132,5 CM E LARGURA: 68,5 CM.		
020	BUFFET SELF SERVICE DE 8 CUBAS QUENTES E 4 CUBAS FRIAS 8 CUBAS GASTRONÔMICAS (GNS), CUBAS TAMBÉM EM	UN	1	<p>8 CUBAS GASTRONÔMICAS (GNS), CUBAS TAMBÉM EM AÇO INOXIDÁVEL BRILHANTE AISI430.</p> <p>– 8 CUBAS GASTRONÔMICAS (GNS) EM AÇO INOX AISI430 PARTE AQUECIDA;</p> <p>– 4 CUBAS GASTRONÔMICAS (GNS) EM AÇO INOX AISI430 PARTE RESFRIADA;</p> <p>– ESTRUTURA TUBULAR COM PINTURA ELETROSTÁTICA, RODÍZIO COM TRAVAS;</p> <p>– POSSUI SISTEMA DUPLO, ONDE A RESISTÊNCIA REALIZA O AQUECIMENTO DA PARTE INFERIOR E O GELO-X RESFRIA A PARTE SUPERIOR;</p> <p>ESTRUTURA TUBULAR PINTADA COM PROCESSO DE PINTURA ELETROSTÁTICA PARA MAIOR QUALIDADE E DURABILIDADE DA PEÇA E FACILIDADE NA LIMPEZA. POIS ESSE TIPO DE PINTURA DEIXA O OBJETO COM TEXTURA MAIS LISA, ALÉM DE DEIXAR A COR MAIS UNIFORME.</p> <p>RESISTÊNCIA COM POTÊNCIA DE 2000W. PEÇA DE GRANDE IMPORTÂNCIA PARA ESSE EQUIPAMENTO GASTRONÔMICO, SENDO RESPONSÁVEL POR MANTER A TEMPERATURA ADEQUADA PARA CONSERVAR OS ALIMENTOS QUENTE, COM QUALIDADE E BOM SABOR.</p> <p>LÂMPADA PILOTO QUE SE MANTÉM ACESA ATÉ O MOMENTO QUE ALCANÇAR A TEMPERATURA MARCADA NO TERMOSTATO. BOTÃO TERMOSTATO COM CONTROLE DE TEMPERATURA DE 20°C A 120°C</p> <p>RODÍZIOS PARA MAIOR FACILIDADE NA LOCOMOÇÃO. PRODUTO DEVERÁ SER APROVADO PELO INMETRO.</p> <p>CUBA QUENTE: 6L CUBA FRIA: 4,5L</p> <p>MEDIDAS TOTAIS ALTURA - 140 A 150CM LARGURA - 60 A 80 CM COMPRIMENTO- 150 A 160 CM</p> <p>O PRODUTO DEVERÁ ACOMPANHAR TODAS AS CUBAS E TAMPAS. VOLTAGEM / TENSÃO -127V = 2000W</p>	R\$2.650,00	R\$ 2.650,00
021	CADEIRA CAIXA SECRETÁRIA	UN	10	CADEIRA CAIXA SECRETÁRIA ALTA A GÁS, ESTRELA DE AÇO MODELO ARQUEADO COM ARO FIXO DE APOIO DE PÉS, PISTÃO COM REGULAGEM DE ALTURA A GÁS, FLANGE/PLATAFORMA DE AÇO CHAPA12, SUPORTE DO ENCOSTO	R\$ 467,67	R\$ 4.676,70



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO

Sector de Licitações

Contato: (34) 3811-0070 licitacao@po.mg.gov.br



				TUBO OBLONGO 16 X 30 X 2 MM COM ACABAMENTO COM SANFONA PLATISTICA, ASSENTO E ENCOSTO DE MADEIRA COMPENSADA DE 10 MM ANATOMICA, ESPUMA INJETADA, REVESTIDA EM COURO ECOLOGICO COR AZUL MARINHO. MEDIDAS- ENCOSTO 42 CM LARGURA X 39 CM PROFUNDIDADE, ENCOSTO- 37 CM DE LARGURA X 30 CM DE ALTURA, ALTURA DO ASSENTO 63 CM A 73 CM, ALTURA DO ENCOSTO 103 CM A 113 CM. CADEIRA CAIXA SECRETÁRIA ALTA A GÁS, ESTRELA DE AÇO MODELO ARQUEADO COM ARO FIXO DE APOIO DE PÉS, PISTÃO COM REGULAGEM DE ALTURA A GÁS, FLANGE/PLATAFORMA DE AÇO CHAPA12, SUPORTE DO ENCOSTO TUBO OBLONGO 16 X 30 X 2 MM COM ACABAMENTO COM SANFONA PLATISTICA, ASSENTO E ENCOSTO DE MADEIRA COMPENSADA DE 10 MM ANATOMICA, ESPUMA INJETADA, REVESTIDA EM COURO ECOLOGICO COR AZUL BIC. MEDIDAS- ENCOSTO 42 CM LARGURA X 39 CM PROFUNDIDADE, ENCOSTO- 37 CM DE LARGURA X 30 CM DE ALTURA, ALTURA DO ASSENTO 63 CM A 73 CM, ALTURA DO ENCOSTO 103 CM A 113 CM.		
022	CADEIRA COM ESTRUTURA EM AÇO NA COR CINZA, ASSENTO E ENCOSTO EM POLIPROPILENO NA COR AZUL.	UN	20	CADEIRA COM MATERIAL DE CONFECCÃO EM AÇO, ASSENTO E ENCOSTO EM POLIPROPILENO NA COR AZUL. NÃO POSSUI: RODÍZIOS, BRAÇOS, REGULAGEM DE ALTURA. MEDIDAS APROXIMADAS: ALTURA DO ASSENTO: 44 CM / DIMENSÕES ASSENTO: 47CM X 40 CM / DIMENSÕES ENCOSTO: 46,5 CM X 31 CM / ALTURA DO ASSENTO: 44 CM / ALTURA TOTAL: 80 CM / PROFUNDIDADE TOTAL: 55CM.	R\$ 168,51	R\$ 3.370,20
023	CADEIRA COM MATERIAL DE CONFECCÃO EM AÇO, ASSENTO E ENCOSTO EM POLIPROPILENO NA COR PRETA.	UN	65	CADEIRA COM MATERIAL DE CONFECCÃO EM AÇO, ASSENTO E ENCOSTO EM POLIPROPILENO NA COR PRETA. NÃO POSSUI: RODÍZIOS, BRAÇOS, REGULAGEM DE ALTURA. MEDIDAS APROXIMADAS: ALTURA DO ASSENTO: 44 CM / DIMENSÕES ASSENTO: 47CM X 40 CM / DIMENSÕES ENCOSTO: 46,5 CM X 31 CM / ALTURA DO ASSENTO: 44 CM / ALTURA TOTAL: 80 CM / PROFUNDIDADE TOTAL: 55CM.	R\$ 119,30	R\$ 7.754,50
024	CADEIRA ENCOSTO FIXO, COM ESPUMA INJETADA, SEM RODINHAS	UN	40	CADEIRA ENCOSTO FIXO, COM ESPUMA INJETADA, SEM RODINHAS CADEIRA ENCOSTO FIXO, ASSENTO E ENCOSTO ANATÔMICOS INJETADOS, SEM RODINHAS, REVESTIMENTO LAVÁVEL.	R\$ 139,84	R\$ 5.593,60
025	CADEIRA ESCRITÓRIO DIRETOR RECLINÁVEL, ENCOSTO FIXO EM TELA MESH, ASSENTO EM	UN	31	CADEIRA ESCRITÓRIO DIRETOR RECLINÁVEL, ENCOSTO FIXO EM TELA MESH, ASSENTO EM TECIDO TELADO ACOLCHOADO, REGULAGEM DE ALTURA A GAS, ESPUMA INJETADA DE ALTA DENSIDADE, BRAÇOS DE APOIO FIXOS,	R\$1.134,48	R\$35.168,88



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO

Setor de Licitações

Contato: (34) 3811-0070 licitacao@po.mg.gov.br



	TECIDO TELADO ACOLCHOA			ACABAMENTO DO PISTÃO CROMADO, REVESTIMENTO EM POLIPROPILENO, ESTRUTURA: TUBOS DE AÇO E POLIPROPILENO, RODAS EM PLASTICO, DIMENSÕES: LARGURA DE 48CM ALTURA MÍNIMA DE 97CM PROFUNDIDADE 48CM, PESO SUPORTADO ATÉ 120KG, GARANTIA MÍNIMA PELO FABRICANTE DE NO MINIMO 03 MESES		
026	CADEIRA GIRATÓRIA COM BRAÇO, ESPUMA INJETADA, COM SISTEMA DE REGULAGEM DE ALTURA DE ASSENTO, ENCOSTO	UN	50	CADEIRA GIRATÓRIA COM BRAÇO, ESPUMA INJETADA, COM SISTEMA DE REGULAGEM DE ALTURA DE ASSENTO, ENCOSTO E BRAÇOS, COM RODÍZIOS.	R\$ 369,98	R\$18.499,00
00027	CAIXA DE SOM AMPLIFICADA	UN	1	CAIXA DE SOM AMPLIFICADA 2 VIAS, COM ALTO FALANTE DE 12" (BOBINA 1,5") E DRIVER TITÂNIO (FREQUÊNCIA 2.5 KHZ (12DB), DRIVER 1.35" 8 OHMS) POTÊNCIA 150 WATTS 8 OHMS VISOR DIGITAL COM CONTROLE REMOTO, ENTRADA USB E SD AMPLIFICADOR DIGITAL - VOLTAGEM (110 V E 220 V) RODAS PARA TRANSPORTE PLAYER COMPATÍVEL COM ARQUIVOS MP3/WMA CONEXÕES: 2 PLUGS JACK P10 E CLR PARA ENTRADA DE MICROFONES 2 PLUGS RCA (IN E OUT), 1 PLUG SPEAKON FÊMEA PARA CONEXÕES DAS CAIXAS ESCRAVAS, 1 USB, E SD RÁDIO FM, 1 SAÍDA XLR	R\$ 346,56	R\$ 346,56
028	CARRINHO AÇO INOX COZINHA INDUSTRIAL 3 PRATELEIRAS, COM RODINHAS APRESENTANDO ACABAMENTO ZINCADO.	UN	1	CARRO AUXILIAR COM 3 PRATELEIRAS COM ALÇAS TUBULARES PARA MOVIMENTAÇÃO NOS DOIS LADOS PRATELEIRAS COM PROTEÇÃO EM TODAS AS LATERAIS PARA EVITAR QUEDA DE RECIPIENTES E GARANTIR GRANDE DURABILIDADE 4 RODAS GIRATÓRIAS DE FÁCIL MOVIMENTAÇÃO NÃO RETÉM ODORES E NEM MODIFICA OS SABORES DOS ALIMENTOS E DEMAIS PRODUTOS. FÁCIL DE HIGIENIZAR E LIMPAR, EVITA A MULTIPLICAÇÃO DE FUNGOS, BOLORES E AGENTES BIOLÓGICOS DE CONTAMINAÇÃO; 100% AÇO INOXIDÁVEL SUA CAPACIDADE TOTAL DE PESO É DE 120KG , SENDO 40KG DISTRIBUÍDOS PARA CADA PRATELEIRA. NA PARTE INFERIOR DO CARRINHO DE INOX, ESTÃO OS RODÍZIOS QUE SÃO FABRICADOS EM CHAPA ESTAMPADA E CABEÇOTE COM DUPLA PISTA DE ESFERAS, APRESENTANDO ACABAMENTO ZINCADO. O EIXO DA RODA PARAFUSADO. RODAS MACIAS E SILENCIOSAS, DEVERÁ PROPORCIONAR ÓTIMA PROTEÇÃO AO PISO E POSSUIR EXCELENTE RESISTÊNCIA AO DESGASTE E AOS IMPACTOS.	R\$1.242,50	R\$ 1.242,50



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO

Setor de Licitações

Contato: (34) 3811-0070 licitacao@po.mg.gov.br



				TAMANHO: COMPRIMENTO 100 CM LARGURA 60 CM ALTURA 110 CM		
029	CARRINHO PARA IMPRESSORA	UN	4	MESINHA PARA IMPRESSORA COM MEDIDAS APROXIMADAS DE 50X60CM, CONTENDO DIVISÓRIAS, PARA GURADAR MATERIAS DE ESCRITÓRIO E RODIZIOS	R\$ 320,08	R\$ 1.280,32
030	CARTEIRA ESCOLAR TIPO FNDE MESA + CADEIRA ESCOLAR MEDIDAS DE 1,33M X 1,59M	UN	100	CARTEIRA ESCOLAR TIPO FNDE MESA + CADEIRA ESCOLAR MEDIDAS DE 1,33M X 1,59M	R\$ 561,00	R\$56.100,00
031	CESTO LIXEIRA COM PEDAL TAMPA ARMAÇÃO DE FERRO	UN	20	LIXEIRA EM AÇO INOX 430 COM PEDAL COM BALDE INTERNO (A PARTIR DE 2 PEÇAS) 10L	R\$ 96,94	R\$ 1.938,80
032	COLCHÃO BERÇO 130CMX0,60CMX0,12 CM	UN	100	COLCHAO BERÇO 130CMX0,60CMX0,12 CM	R\$ 113,90	R\$11.390,00
033	CONJUNTO DE MESA E CADEIRA P/ PROFESSOR	CJ	20	CONJUNTO DE MESA E CADEIRA P/ PROFESSOR	R\$ 721,00	R\$14.420,00
034	CONJUNTO ESCOLAR TIPO FNDE MESA + CADEIRA ESCOLAR MEDIDAS DE 1,59M X 1,88M	UN	150	CONJUNTO ESCOLAR TIPO FNDE MESA + CADEIRA ESCOLAR MEDIDAS DE 1,59M X 1,88M	R\$ 528,75	R\$79.312,50
035	ESCADA DE 2 DEGRAUS MATERIAL DE CONFEÇÃO AÇO INOXIDÁVEL, ANTI DERRAPANTE, DIMENSÕES DA ESCADA ...	UN	50	ESCADA DE 2 DEGRAUS MATERIAL DE CONFEÇÃO AÇO INOXIDÁVEL, ANTI DERRAPANTE, DIMENSÕES DA ESCADA DE: 0,40 X 0,40 X 0,40CM, ESTRUTURA EM TUBOS REDONDO MEDINDO: 22,22 X 120MM, DEGRAUS EM CHAPA DE AÇO DE: 1,00MM X 360MM COMPRIMENTO X 140MM DE LARGURA, PISO COM REVESTIMENTO PLASTILHADO DE BORRACHA, PÉS COM PONTEIRAS DE BORRACHA.	R\$ 274,26	R\$13.713,00
036	ESCANINHO PARA ESCRITÓRIO - MATÉRIA-PRIMA: AÇO COMPARTIMENTO: 16 DIMENSÕES: 1,98 M X (ALTURA) X 1,2	UN	9	ESCANINHO PARA ESCRITÓRIO - MATÉRIA-PRIMA: AÇO COMPARTIMENTO: 16 DIMENSÕES: 1,98 M X (ALTURA) X 1,2 M X (LARGURA) X 0,42 M (PROFUNDIDADE)	R\$1.059,67	R\$ 9.537,03
037	ESTANTE COM 06 PRATELEIRAS, ALTURA: 2,0 MTS, LARGURA: 0,925 MTS, PROFUNDIDADE: 0,585 MTS,	UN	24	ESTANTE COM 06 PRATELEIRAS, ALTURA: 2,0 MTS, LARGURA: 0,925 MTS, PROFUNDIDADE: 0,585 MTS, CAPACIDADE DE CARGA DE CADA PRATELEIRA UNIFORMEMENTE DISTRIBUÍDA 125 KGS, POSSUI REFORÇO, COMPONENTES: 04 COLUNAS COM ABAS DE 35,5 X 35,5 MM EM CHAPA 14 (2MM), 06 PRATELEIRAS EM CHAPA 22 (0,75 MM) COM 02 REFORÇOS EM ÔMEGA 04 SAPATAS DE AÇO, PRODUTO JÁ MONTADO, COR CINZA.	R\$ 328,50	R\$ 7.884,00
038	FOGÃO DE 04 BOCAS - LINHA BRANCA	UN	5	FOGÃO DOMÉSTICO 4 BOCAS-BRANCO DUPLA CHAMA 4 BOCAS-BRANCO ACENDIMENTO AUTOMÁTICO TOTAL NÚMERO DE BOCAS: 4 BOTÕES REMOVÍVEIS GRADE NO FORNO VISOR TOTAL NA PORTA DO FORNO VALVULA DE SEGURANA NO FORNO VOLTAGEM: 110 V COR: BRANCA A GAS.	R\$1.427,09	R\$ 7.135,45
039	FOGÃO INDUSTRIAL 4 BOCAS SEM	UN	10	FOGÃO INDUSTRIAL 4 BOCAS SEM FORNO	R\$1.654,70	R\$16.547,00



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO

Setor de Licitações

Contato: (34) 3811-0070 licitacao@po.mg.gov.br



	FORNO					
040	FOGÃO INDUSTRIAL 6 BOCAS	UN	6	FOGÃO INDUSTRIAL, SEM FORNO, COM 6 BOCAS E BANDEJA COLETORA DE RESÍDUOS, ALIMENTADO POR GLP (GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO). CARACTERÍSTICAS: POSSUIR 6 BOCAS E 6 QUEIMADORES DUPLOS; POSSUIR GRELHAS REMOVÍVEIS EM FERRO FUNDIDO COM MEDIDAS DE 300X300MM COM TOLERÂNCIA DE (+/- 10 MM) COM FORMATO CENTRAL ARREDONDADO E QUEIMADORES DE APROXIMADAMENTE 90MM DE DIÂMETRO; POSSUIR TAMPO SUPERIOR REFORÇADO FABRICADO EM CHAPA DE AÇO INOXIDÁVEL AISI 304, TAMANHO DE CHAPA18; POSSUIR DE CALHAS COLETORAS DE RESÍDUOS COM PUXADOR DESENVOLVIDO NA PRÓPRIA PEÇA EM AÇO INOXIDÁVEL AISI 304; POSSUIR BOTÕES DE BAQUELITE OU MATERIAL SUPERIOR; POSSUIR CANTOS ARREDONDADOS; POSSUIR ESTRUTURA COM PRATELEIRA INFERIOR GRADEADA AÇO INOX AISI 304; POSSUIR AQUECIMENTO GERADO POR QUEIMADORES DUPLOS; POSSUIR ESPALHADORES EM FERRO FUNDIDO; POSSUIR LARGURA 750MM, ALTURA 880MM E COMPRIMENTO 1150 MM COM TOLERÂNCIA DE (+/-10MM); POSSUIR NO MÍNIMO 4 PÉS EM PERFIL DE AÇO INOX AISI 304; POSSUIR PÉS (SAPATAS) NIVELADORES EM NYLON OU MATERIAL SUPERIOR, CONSTITUÍDAS DE BASE METÁLICA E PONTEIRA MACIÇA DE MATERIAL; POSSUIR PÉ SAPATAS FIXADAS DE MODO QUE O EQUIPAMENTO FIQUE A APROXIMADAMENTE 50MM DO PISO; POSSUIR TUBULAÇÃO DO GÁS EM AÇO INOXIDÁVEL AISI 304; POSSUIR GRELHA DE FERRO FUNDIDO PARA APOIO DE PANEAS, REMOVÍVEIS, EM NÚMERO DE 6, NO TAMANHO 300MM X 300MM. RELAÇÃO MÍNIMA DE CARACTERÍSTICAS CONSTRUTIVAS: O EQUIPAMENTO E SEUS COMPONENTES DEVEM SER ISENTOS DE REBARBAS, ARESTAS CORTANTES OU ELEMENTOS PERFURANTES; AS MATÉRIAS PRIMAS UTILIZADAS NA FABRICAÇÃO DO EQUIPAMENTO DEVEM ATENDER ÀS NORMAS TÉCNICAS ESPECÍFICAS PARA CADA MATERIAL; TODAS AS SOLDAS UTILIZADAS NOS COMPONENTES EM AÇO INOX DEVERÃO SER DE ARGÔNIO E POSSUIR SUPERFÍCIE LISA E HOMOGÊNEA, NÃO DEVENDO APRESENTAR PONTOS CORTANTES, SUPERFÍCIES ÁSPERAS OU ESCÓRIAS; TODOS ELEMENTOS DA ESTRUTURA DO FOGÃO FABRICADOS EM AÇO INOX AISI 304; BANDEJAS COLETORAS E GUIAS CORREDIÇAS EM AÇO INOX AISI 304;	R\$2.484,87	R\$14.909,22



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO

Setor de Licitações

Contato: (34) 3811-0070 licitacao@po.mg.gov.br



				RELAÇÃO MÍNIMA DE ACESSÓRIOS: 01 REGULADOR DE PRESSÃO PARA GÁS GLP COMPATÍVEL COM PRESSÃO DA LINHA DO FOGÃO; 01 REGISTRO ¾ PARA GÁS GLP; 01 MANGUEIRA COM REVESTIMENTO DE TRAMA DE AÇO PARA GLP DE 2M.		
041	FORNO INDUSTRIAL A GÁS	UN	11	FORNO INDUSTRIAL A GÁS COURAÇO COM 107 LITROS DE CAPACIDADE E DIMENSÕES INTERNAS DE 45 X 36 X 66 CM (LARGURA X ALTURA X PROFUNDIDADE); COM PÉS, ACABAMENTO INTERNO E EXTERNO LIMPA FÁCIL; AMPLO ESPAÇO INTERNO; 2 GRADES DESLIZANTES EM INOX COM GRANDE ESPAÇAMENTO ENTRE SI, QUE PERMITEM ASSAR DIVERSAS RECEITAS AO MESMO TEMPO; BANDEJA COLETORA DE RESÍDUOS E ACENDIMENTO MANUAL. GRADES DO FORNO INDUSTRIAL EM AÇO INOXIDÁVEL DE ALTA QUALIDADE, AUMENTANDO A DURABILIDADE DO PRODUTO E O TORNANDO CAPAZ DE SUPORTAR RECIPIENTES PESADOS. PÉS REMOVÍVEIS; MAIS ESTABILIDADE; BANDEJA COLETORA DE RESÍDUOS DUAS PRATELEIRAS DESLIZANTES; COM SUPORTE METÁLICO PARA OBJETOS OU BOTIJÕES DE GÁS. CONTROLE DE TEMPERATURA AJUSTÁVEIS, PUXADOR DE METAL, PORTA COM PERFIL DE VEDAÇÃO SEM VISOR. ISOLAMENTO TÉRMICO COMPLETO. DIMENSÕES DO PRODUTO (LARGURA X ALTURA X PROFUNDIDADE): 56,3 X 136,5 X 77 CM GARANTIA MÍNIMA DE 12 MESES; TIPO DE TEMPERATURA: 180C À 300C, MANIPULADOR DE TEMPERATURA COM 05 POSIÇÕES BOTÕES REMOVÍVEIS: SIM FABRICAÇÃO: NACIONAL	R\$1.537,67	R\$16.914,37
042	FREEZER HORIZONTAL COM 2 PORTAS, CAPACIDADE DE 546 LITROS E VOLTAGEM 110V	UN	5	FREEZER HORIZONTAL COM 2 PORTAS, CAPACIDADE DE 546 LITROS E VOLTAGEM 110V	R\$3.884,08	R\$19.420,40
043	FREEZER VERTICAL	UN	10	FREEZER VERTICAL CAPACIDADE DE 550 A 580 LITROS. REFRIGERAÇÃO: AR FORÇADO COM EVAPORADOR ALETADO. FAIXAS DE TEMPERATURA: CONSERVADOR: -10°C A -16°C/ FREEZER: -18°C A -22°C. IDEAL PARA CONGELAMENTO E CONSERVAÇÃO DE CARNES. DEGELO: AUTOMÁTICO (FROST FREE). CONTROLADOR ELETRÔNICO TÉRMICO DIGITAL. REVESTIMENTO INTERNO: EM ALUMÍNIO E FUNDO EM AÇO INOX. REVESTIMENTO EXTERNO: AÇO REVESTIDO TIPO INOX.. PORTA CEGA. EQUIPADO COM UNIDADE CONDESADORA.	R\$4.865,06	R\$48.650,60



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO

Setor de Licitações

Contato: (34) 3811-0070 licitacao@po.mg.gov.br



				ISOLAMENTO EM POLIURETANO. 4 RODÍZIOS GIRATÓRIOS SENDO 2 COM FREIOS. AÇO INOX AISI 304 OU 430 ESCOVADO, COM GRELHAS. FECHAMENTO AUTOMÁTICO. PRATELEIRAS ARAMADAS. 3 NÍVEIS REGULÁVEIS E INCLINÁVEIS + ESTRADO. PÉS NIVELADORES. EQUIPAMENTO CERTIFICADO CONFORME PORTARIA INMETRO Nº 371/2009. VOLTAGEM 110V CAPACIDADE DE 550 A 580 LITROS. REFRIGERAÇÃO: AR FORÇADO COM EVAPORADOR ALETADO. FAIXAS DE TEMPERATURA: CONSERVADOR: -10°C A -16°C/ FREEZER: -18°C A -22°C. IDEAL PARA CONGELAMENTO E CONSERVAÇÃO DE CARNES. DEGELO: AUTOMÁTICO (FROST FREE). CONTROLADOR ELETRÔNICO TÉRMICO DIGITAL. REVESTIMENTO INTERNO: EM ALUMÍNIO E FUNDO EM AÇO INOX. REVESTIMENTO EXTERNO: AÇO REVESTIDO TIPO INOX.. PORTA CEGA. EQUIPADO COM UNIDADE CONDESADORA. ISOLAMENTO EM POLIURETANO. 4 RODÍZIOS GIRATÓRIOS SENDO 2 COM FREIOS. AÇO INOX AISI 304 OU 430 ESCOVADO, COM GRELHAS. FECHAMENTO AUTOMÁTICO. PRATELEIRAS ARAMADAS. 3 NÍVEIS REGULÁVEIS E INCLINÁVEIS + ESTRADO. PÉS NIVELADORES. EQUIPAMENTO CERTIFICADO CONFORME PORTARIA INMETRO Nº 371/2009. VOLTAGEM 110V.		
044	GAVETEIRO EM MDF	UN	5	GAVETEIRO EM MDF MADEIRA MDF , TIPO REVESTIMENTO: LAMINADO MELAMÍNICO BAIXA PRESSÃO , QUANTIDADE GAVETAS: 4 UN, ALTURA: 62 CM, LARGURA: 47 CM, PROFUNDIDADE: 50 CM, COR: BRANCO , TIPO PÉS: COM RODÍZIO , CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: COM CHAVES	R\$ 476,75	R\$ 2.383,75
045	GELADEIRA FROSTFREE 410 LT- LINHA BRANCA	UN	11	GELADEIRA FROSTFREE 410 LT- LINHA BRANCA, VOLTAGEM: 110 VOLTS.	R\$3.625,51	R\$39.880,61
046	LAVADORA DE ALTA PRESSÃO	UN	5	LAVADORA DE ALTA PRESSÃO, MÓVEL FÁCIL DE TRANSPORTAR, COM LOCAL PARA ARMAZENAR OS ACESSÓRIOS E UMA PISTOLA ERGONÔMICA DE ALTA PRESSÃO COM CONECTORES DE RÁPIDO ENGATE. COM VÁLVULA DE SEGURANÇA QUE IMPDE SOBRECARGA, CONTROLE DE PRESSÃO LIGA E DESLIGA O MOTOR QUANDO A PISTOLA É SOLTA. DADOS TÉCNICOS - PRESSÃO DE TRABALHO BAR/PSI: 130BAR-1850LIBRAS. VAZÃO DE ÁGUA 420L/H, 6,7L/MIN. RESERVATÓRIO DE DETERGENTE INTERGRADO. MOTOR DE INDUÇÃO. POTENCIA 1500W, FREQUENCIA 60 HZ; DIMENSÕES (CXLXA): 37 X 41 X 97 CM. PESO APROXIMADO 17,2KG; 110 VOLTS	R\$1.292,15	R\$ 6.460,75



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO

Setor de Licitações

Contato: (34) 3811-0070 licitacao@po.mg.gov.br



				LAVADORA DE ALTA PRESSÃO, MÓVEL FÁCIL DE TRANSPORTAR, COM LOCAL PARA ARMAZENAR OS ACESSÓRIOS E UMA PISTOLA ERGONÔMICA DE ALTA PRESSÃO COM CONECTORES DE RÁPIDO ENGATE. COM VÁLVULA DE SEGURANÇA QUE IMPDE SOBRECARGA, CONTROLE DE PRESSÃO LIGA E DESLIGA O MOTOR QUANDO A PISTOLA É SOLTA. DADOS TÉCNICOS - PRESSÃO DE TRABALHO BAR/PSI: 130BAR-1850LIBRAS. VAZÃO DE ÁGUA 420L/H, 6,7L/MIN. RESERVATÓRIO DE DETERGENTE INTERGRADO. MOTOR DE INDUÇÃO. POTENCIA 1500W, FREQUENCIA 60 HZ; DIMENSÕES (CXLXA): 37 X 41 X 97 CM. PESO APROXIMADO 17,2KG		
047	LIQUIDIFICADOR 1400W COM 06 LAMINAS, 15 VELOCIDADES CAPACIDADE DE 3,00 LITROS TOTAL/1800 LITROS, 127	UN	1	LIQUIDIFICADOR 1400W COM 06 LAMINAS, 15 VELOCIDADES CAPACIDADE DE 3,00 LITROS TOTAL/1800 LITROS, 127V	R\$ 251,96	R\$ 251,96
048	LIQUIDIFICADOR COM 03 VELOCIDADES + PULSAR, COM 2,100ML, POTÊNCIA MÍNIMA DE 800W, 110V	UN	8	CARACTERISTICAS MINIMAS: POTÊNCIA MÍNIMA DE 800W; ALIMENTAÇÃO: 110 VOLTS OU BIVOLT; LÂMINA DE 6 FACAS EM AÇO INOXIDAVEL; COPO EM ACRÍLICO COM TAMP A E CAPACIDADE DE APROXIMADA DE 2100 LITROS; MÍNIMO 3 VELOCIDADES; FUNÇÕES: PULSAR, TRITURAR GELO, LIQUIDIFICAR; AUTO-LIMPANTE; SISTEMA DE TRAVA DE SEGURANÇA; PORTA-FIO; * OBS. O PRODUTO DEVERÁ POSSUIR CERTIFICAÇÃO COMPULSORIA, SELO PROCEL E ETIQUETA DE EFICIENCIA ENERGETICA RECONHECIDA PELO INMETRO. * - GARANTIA MINIMA: 12 (DOZE) MESES ACOMPANHA MANUAL DE INSTRUÇÃO.	R\$ 187,40	R\$ 1.499,20
049	LIQUIDIFICADOR INDUSTRIAL, MÍNIMO 6 LTS	UN	8	LIQUIDIFICADOR INDUSTRIAL, MÍNIMO 6 LTS	R\$ 771,77	R\$ 6.174,16
050	LONGARINA 4 LUGARES TIPO AEROPORTO	UN	4	LONGARINA 4 LUGARES BASE FIXA, ASSENTO E ENCOSTO COM ESTRUTURA EM AÇO PERFURADO E BRAÇO EM AÇO CROMADO COM FORMATO ANATÔMICO, SUPORTA 150KG POR ASSENTO, DIMENSÕES APROXIMADAS COMPRIMENTO 240CM	R\$ 925,53	R\$ 3.702,12
051	LONGARINA DE 3 LUGARES EM POLIPROPILENO	UN	23	LONGARINA COM ASSENTO E ENCOSTO EM POLIPROPILENO (PP) AZUL REFORÇADA COM 2 TRAVESSAS E PROTEÇÃO PARA O ENCOSTO NÃO ESBARRAR NA PAREDE.DETALHES DO PRODUTO ENCOSTO: CONFECCIONADO EM POLIPROPILENO (PP), NO SISTEMA DE INJEÇÃO TERMOPLÁSTICA. FIXA-SE NA ESTRUTURA ATRAVÉS DE ENCAIXES RETANGULARES, COM TRAVAMENTO NA ESTRUTURA ATRAVÉS DE PINO-TAMPÃO, TAMBÉM	R\$ 525,56	R\$12.087,88



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO

Setor de Licitações

Contato: (34) 3811-0070 licitacao@po.mg.gov.br



				CONFECCIONADO EM POLIPROPILENO (PP) DA MESMA COR DO ENCOSTO. ASSENTO: CONFECCIONADO EM POLIPROPILENO (PP), NO SISTEMA DE INJEÇÃO TERMOPLÁSTICA. POSSUI ENCAIXES DE GARRAS PARA FIXAR-SE NA ESTRUTURA, COM TRAVAMENTO FEITO POR PARAFUSOS DO TIPO AA. ACABAMENTOS DO ENCOSTO E ASSENTO: ACABAMENTO EM POLIPROPILENO (PP) NA COR. AZUL ESTRUTURA: 2 TRAVESSAS EM TUBO DE AÇO RETANGULAR DE SEÇÃO 50X30 MM, CHAPA DE ESPESSURA 1,5 MM, PARA SUSTENTAÇÃO DOS ASSENTOS. PÉS COM TRAVESSAS HORIZONTAIS EM TUBO DE AÇO 50X30 MM ALONGADAS ATÉ OS RODAPÉS, PARA EVITAR QUE OS ENCOSTOS DOS ASSENTOS ESBARREM NA PAREDE. SAPATAS DE PROTEÇÃO DOS PÉS EM POLIPROPILENO 50X30 MM, REBITADAS NA BASE DA ESTRUTURA, PARA EVITAR QUE NÃO SE DESPRENDAM. TODOS OS COMPONENTES METÁLICOS SÃO AFIXADOS PELO SISTEMA DE SOLDA MIG E CURVADOS EM MÁQUINAS ESPECÍFICAS. TODA A ESTRUTURA METÁLICA É SUBMETIDA A UM PRÉ-TRATAMENTO ANTIFERRUGINOSO À BASE DE ZINCO (LAVAGEM - DECAPAGEM - FOSFATIZAÇÃO) E PINTURA ELETROSTÁTICA COM TINTA EPÓXI EM PÓ NA COR CINZA OU PRETA. DETALHAMENTO DAS MEDIDAS ASSENTO: LARGURA 46 CM PROFUNDIDADE 40 CM ENCOSTO: LARGURA 46 CM ALTURA 32 CM LONGARINA PRONTA: 3 LUGARES 162 CM		
052	MÁQUINA DE LAVAR ROUPA - 15KG LINHA BRANCA	UN	5	MAQUINA DE LAVAR ROUPA - 15KG - ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: ÁGUA FRIA; CAPACIDADE DE ROUPA SECA: 15KG ALIMENTAÇÃO 110V; CESTO INOX E BASE PLÁSTICA; TAMPA: VIDRO TEMPERADO; CENTRIFUGAÇÃO: 750RPM DISPENSER: SABÃO PÓ/LÍQUIDO, AMACIANTE, ALVEJANTE.	R\$2.120,00	R\$10.600,00
053	MESA DE ESCRITÓRIO. COMPOSIÇÃO FORMATO SIMPLES. MESA 1.20MT X 0.60MT, ALTURA 75CM EM MATERIAL MDP 15	UN	33	MESA DE ESCRITÓRIO. COMPOSIÇÃO FORMATO SIMPLES. MESA 1.20MT X 0.60MT, ALTURA 75CM EM MATERIAL MDP 15MM, ESTRUTURA DOS PÉS EM AÇO REFORÇADO 1.2MM COM PINTURA EPÓXI COM TRATAMENTO ANTI - FERRUGEM, COM 2 GAVETAS, FECHAMENTO DAS GAVETAS ATRAVÉS DE FECHADURA EM AÇO COM 2 COPIAS DE CHAVE, ACABAMENTO EM PERFIL EMBORRACHADO, COR MARFIM.	R\$ 372,72	R\$12.299,76
054	MESA DE MADEIRA (DE NO MÍNIMO 3,0 CM DE LARGURA) DE MADEIRA (SUCUPIRA PRETA OU SIMILAR)	UN	10	MESA DE MADEIRA (DE NO MÍNIMO 3,0 CM DE LARGURA) DE MADEIRA (SUCUPIRA PRETA OU SIMILAR) ENVERNIZADOS, MEDINDO 2,5 X 0,90 X 0,76	R\$2.162,54	R\$21.625,40



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO

Setor de Licitações

Contato: (34) 3811-0070 licitacao@po.mg.gov.br



	ENVERNIZADO					
055	MESA DE REUNIOES C/ 13 LUGARES	UN	2	MESA DE REUNIOES C/ 13 LUGARES	R\$3.747,00	R\$ 7.494,00
056	MESA EM L COM DUAS GAVETAS (COM CHAVE) EM MDF LARGURA FRONTAL 180 CM E LARGURA LATERAL 90 CM	UN	21	MESA EM L COM DUAS GAVETAS (COM CHAVE) EM MDF LARGURA FRONTAL 180 CM E LARGURA LATERAL 90 CM	R\$ 756,49	R\$15.886,29
057	MESA PARA COMPUTADOR 0,90 X 0,60	UN	4	MESA PARA COMPUTADOR 0,90 X 0,60	R\$ 363,83	R\$ 1.455,32
058	MESA PLÁSTICA INFANTIL 0,65X0,50X0,46CM	UN	2	MESA PLASTICA INFANTIL 0,65X0,50X0,46CM + 4 CADEIRAS (C X L X A): 35 X 32 X 51 CM. MATERIAL LEVE E RESISTENTE DESIGN MODERNO INFINITAS UTILIDADES INFINITAS BRINCADEIRAS SATISFAÇÃO E DIVERSÃO GARANTIDA! MATERIAL: PLÁSTICO	R\$ 188,79	R\$ 377,58
059	MICROONDAS 21 LITROS DIMENSÕES APROXIMADAS DO PRODUTO: ALTURA: 28,70 CM / LARGURA: 46,10 CM / PROFU	UN	3	MICROONDAS 21 LITROS DIMENSÕES APROXIMADAS DO PRODUTO: ALTURA: 28,70 CM / LARGURA: 46,10 CM / PROFUNDIDADE: 37,30CM POTÊNCIA: 700W PRATO (DIÂMETRO): 27 CM	R\$ 617,78	R\$ 1.853,34
060	PROJETOR MULTIMÍDIA - ENTRADAS: DVI-D, 3 RGB, 2 ÁUDIO, VÍDEO, S-VÍDEO, REMOTE, USB COMPATIBILIDADE:	UN	3	PROJETOR MULTIMÍDIA - ENTRADAS: DVI-D, 3 RGB, 2 ÁUDIO, VÍDEO, S-VÍDEO, REMOTE, USB COMPATIBILIDADE: NTSC, M-NTSC, PAL, PAL-M, PALN, PAL-60 E SECAM ÁUDIO: 2 X 2,0 WATTS RESOLUÇÃO REAL: XGA (1024 X 768) RESOLUÇÕES SUPORTADAS (1): VGA, SVGA, XGA RESOLUÇÕES SUPORTADAS (2): SXGA, UXGA, MAC CORES PROJETÁVEIS:: 16700 MILHÕES TAXA DE CONTRASTE: 500:1 LUMINOSIDADE: 3200 ANSILUMENS TAMANHO IMAGEM: 40 A 300 POLEGADAS (DIAGONAL) LAMPADA DE PROJEÇÃO: 270 W UHP, COM VIDA ÚTIL PARA 2.000 HORAS TENSÃO: 100 A 240 VOLTS A 50/60 HZ, COMUTACÃO AUTOMÁTICA ACESSÓRIOS: CONTROLE REMOTO COM LASER POINT, CABO RGB, CABOS ACESSÓRIOS(1): DE ÁUDIO/VÍDEO, CABO DE ALIMENTAÇÃO, BATERIA.	R\$3.247,50	R\$ 9.742,50
061	QUADRO BRANCO 90 X 120 CM	UN	31	QUADRO BRANCO 90 X 120 CM, COM MOLDURA EM ALUMINIO	R\$ 121,91	R\$ 3.779,21
062	SUPORTE PARA CPU	UN	20	SUPORTE PARA CPU, AJUSTÁVEL COM RODINHAS	R\$ 68,72	R\$ 1.374,40
063	SUPORTE PARA TV 32 POLEGADAS	UN	6	SUPORTE PARA TV 32 POLEGADAS	R\$ 68,24	R\$ 409,44
064	SUPORTE PARA TV 42 POLEGADAS	UN	1	SUPORTE PARA TV 42 POLEGADAS SUPORTE MULTIVISÃO PEDESTAL-CLASS DE CHÃO PARA TV/MONITOR; SUPORTA 1 TV OU MONITOR. É COMPATÍVEL COM TV OU MONITOR LCD. SUPORTA ATÉ 25 KG. DISTÂNCIA MÍNIMA À PAREDE DE 58.5 CM E MÁXIMA DE 58.5 CM. INCLUI KIT DE INSTALAÇÃO.	R\$ 748,33	R\$ 748,33



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO

Setor de Licitações

Contato: (34) 3811-0070 licitacao@po.mg.gov.br



				FABRICADO EM AÇO. COM ORGANIZADOR DE CABOS. DESIGN COMPACTO PARA ECONOMIZAR ESPAÇO.		
065	TANQUINHO DE LAVAR ROUPAS 10 KG	UN	7	TANQUINHO DE LAVAR ROUPAS 10 KG COR: BRANCA, TIPO DE LAVADORA: SEMIAUTOMÁTICA CAPACIDADE DE ROUPA SECA: 10 KG PAINEL DE CONTROLE: AUTOMÁTICO PAINEL: 5 PROGRAMAS, 2 INTERVALOS PARA MOLHO E DESLIGAMENTO AUTOMÁTICO TAMPA SAN FILTRO PRODUZIDO EM POLIPROPILENO, COM FUNÇÃO DE RETER FIAPOS E PEQUENOS OBJETOS BATEDOR NA POSIÇÃO HORIZONTAL, COM ROTAÇÃO CONTÍNUA E EIXO EM AÇO INOX. LAVAGEM POR TUBILHONAMENTO MOTOR: COM PROTETOR TÉRMICO, QUE SE DESLIGA AUTOMATICAMENTE EM CASO DE OSCILAÇÃO DE VOLTAGEM OU AUMENTO DE TEMPERATURA, RELIGANDO EM SEGUIDA EVITANDO DANOS. PÉS: BASE INTEIRIÇA, PRODUZIDA EM POLIPROPILENO RESISTENTE E DURÁVEL. DISPENSER PARA SABÃO SISTEMA DE DRENAGEM TRANSMISSÃO ESPECIAL: CORREIA AUTO AJUSTÁVEL DIMENSÕES ALTURA: 93 CM LARGURA: 48 CM PROFUNDIDADE: 54 CM PESO: 11,307 KG	R\$ 709,13	R\$ 4.963,91
066	TELEVISOR - TIPO: SMART LED, TELA PLANA, 42 POLEGADAS, FULL HD, WI-FI, 03 ENTRADAS DE HDMI, TENSÃO:	UN	4	TELEVISOR - TIPO: SMART LED, TELA PLANA, 42 POLEGADAS, FULL HD, WI- FI, 03 ENTRADAS DE HDMI, TENSÃO: 100/220V 60HZ	R\$1.887,40	R\$ 7.549,60
067	TELEVISOR 32 POLEGADAS LED	UN	3	TELEVISOR 32 POLEGADAS LED	R\$1.160,92	R\$ 3.482,76
068	VENTILADOR C/PEDESTAL, 60CM/24 POLEGADAS	UN	15	VENTILADOR C/PEDESTAL, 60CM/24 POLEGADAS 3 HÉLICES CONTROLE DE VELOCIDADE ROTATIVO GRADE METÁLICA CROMADA OSCILAÇÃO PARA DIREITA E ESQUERDA, POTÊNCIA 200 W ROTAÇÃO MÁXIMA 1700 RPM TENSÃO BIVOLT, ALTURA PEDESTAL: 1,2 M A 1,8 M, GARANTIA DE 12 MESES	R\$ 250,00	R\$ 3.750,00
069	VENTILADOR COM PEDESTAL, 40CM DE DIÂMETRO, 140W 110 VOLTS 6 PÁS	UN	21	VENTILADOR COM PEDESTAL, 40CM DE DIÂMETRO, 140W 110 VOLTS 6 PÁS	R\$ 212,58	R\$ 4.464,18
070	VENTILADOR DE MESA 40 CM 110 V	UN	5	VENTILADOR DE MESA 40 CM 110 V	R\$ 168,04	R\$ 840,20
071	VENTILADOR DE PAREDE 200W DIÂMETRO MÍNIMO DE 60CM	UN	7	VENTILADOR DE PAREDE 200W DIÂMETRO MÍNIMO DE 60CM	R\$ 247,80	R\$ 1.734,60



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO

Setor de Licitações

Contato: (34) 3811-0070 licitacao@po.mg.gov.br



072	VENTILADOR DE PAREDE INDUSTRIAL 1M ½ CV 3 VELOCIDADES 127/220V	UN	10	VENTILADOR DE PAREDE INDUSTRIAL 1M ½ CV 3 VELOCIDADES 127/220V	R\$ 8789,99	R\$ 8.799,90
073	VENTILADOR DE PAREDE, 50CM 3 VELOCIDADES	UN	20	VENTILADOR DE PAREDE, 50CM 3 VELOCIDADES	R\$ 264,40	R\$ 5.288,00

1.2 - O objeto da licitação tem a natureza de aquisição de bens e serviços comuns.

1.3 - Os quantitativos dos itens são os discriminados na tabela acima.

1.4 - A presente aquisição adotará o critério de julgamento **Menor Preço – Item**.

1.5 – O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços é de 12 (doze) meses contados da assinatura da Ata, prorrogável por mais 12 meses, na forma do artigo 84 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.5.1 – O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida em conformidade com as disposições do art. 105 da Lei nº 14.133 de 2021.

1.6 – Caso o objeto venha a ser prorrogado, seu preço poderá ser reajustado através do INPC, a cada período de 12 (doze) meses, aplicando-se o índice acumulado do período.

02 – JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

A aquisição de mobiliário e equipamentos justifica-se para atender as necessidades das Secretarias solicitantes, visando o melhoramento dos móveis e eletrodomésticos que necessitam de troca devido ao estado de danificação causado pelo uso e pelo tempo e pelo tempo e suprir a demanda em alguns casos que são insuficientes, dessa forma pensando em um melhor atendimento e funcionamento dos serviços prestados à população. Esta aquisição tem como intuito solucionar os problemas relacionados às condições físicas dos ambientes de trabalho de modo a possibilitar melhor condições laboral para os servidores e para o público atendido.

03 – DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

3.1. O parcelamento da contratação é a regra, devendo a licitação ser realizada por item, sempre que o objeto for divisível, desde que se verifique não haver prejuízo para o conjunto da solução ou perda de economia de escala, visando propiciar a ampla participação de licitantes, que embora não disponham de capacidade para execução da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidade autônomas.

04 – REQUISITOS DE CONTRATAÇÃO

4.1 - Obrigações da contratada

4.1.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Termo e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.

4.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor ([Lei nº 8.078, de 1990](#));

4.1.3. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

4.1.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior ([art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021](#)) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

4.1.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

4.1.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

4.1.7. O contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

4.1.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO

Setor de Licitações

Contato: (34) 3811-0070 licitacao@po.mg.gov.br



responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

4.1.9. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

4.1.10. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

4.1.11. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no [art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

4.1.12. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

4.2 - Obrigações da Administração:

4.2.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

4.2.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

4.2.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

4.2.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

4.2.5. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Termo;

4.2.6. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Termo;

4.2.7. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Termo, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

4.2.8. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

05 – DA EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1 - A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1. Entrega os itens conforme Solicitação da Secretaria Requisitante e definido em NAF no horário das 08h00min às 16h00min, de segunda-feira a sexta-feira, em dias úteis, conforme informado a cada emissão de Ordem de Fornecimento.

5.1.2. O prazo de entrega dos produtos será de **15 (quinze) dias** consecutivos após o recebimento da NAF que será encaminhada para o e-mail informado na Proposta de Preços;

5.1.3. A Prefeitura Municipal de Presidente Olegário - MG reserva-se no direito de não receber os produtos que estiverem em desacordo com as disposições apresentadas neste instrumento convocatório.

5.1.4. A não entrega, a entrega incompleta ou insatisfatória dos itens, além do descumprimento das cláusulas sujeitará à contratada as sanções administrativas previstas neste instrumento bem como as previstas em leis vigentes.

5.1.5 – As despesas decorrentes da entrega, e substituição em casos necessários serão de inteira responsabilidade da parte contratada.

5.1.6- Os itens deverão ter garantia de no mínimo 12 meses, ou pelo prazo fornecido pelo fabricante, se superior, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento do objeto.

06 – DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

6.1 – As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato.

07 – CRITÉRIOS DE MEDIÇÕES E DE PAGAMENTO

7.1. Os pagamentos serão realizados pelo Município em até **15 (quinze) dias** após a entrega, mediante apresentação de documento fiscal correspondente ao fornecimento efetuado cumpridas todas as formalidades legais anteriores a este ato, incluídas nestas o atestado de recebimento dos materiais.



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO

Setor de Licitações

Contato: (34) 3811-0070 licitacao@po.mg.gov.br



7.1.1. O pagamento à contratada somente será realizado mediante a apresentação da Nota Fiscal Eletrônica e do atestado de aceite pela Secretaria solicitante.

7.1.2. À CONTRATANTE fica reservado o direito de não efetuar o pagamento se, no ato da conferência, o objeto contratual não estiver em perfeitas condições e de acordo com as especificações estipuladas.

7.1.3. Havendo erro na nota Fiscal ou circunstâncias que impeçam a liquidação da despesa, aquela será devolvida à licitante vencedora, pelo responsável pelo recebimento, e o pagamento ficará pendente até que a mesma providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou representação do documento fiscal não acarretando qualquer ônus para a Administração Municipal.

7.2. O pagamento será efetuado através de crédito em conta corrente bancária, devendo o licitante vencedor apresentar o número de conta, o banco e a agência junto ao corpo da Nota Fiscal ou em anexo.

7.2.1. Em caso de alteração de conta bancária, deverá comunicar, formalmente, à Secretaria Municipal de Fazenda para que seja feita a retificação da conta cadastrada.

7.3. Somente serão efetuados pagamentos para as notas fiscais emitidas pelo participante do processo licitatório, ou seja, mesmo CNPJ, sob pena de rescisão de contrato, não sendo admitido pagamento para outrem através de procuração (Decreto Municipal nº 987 de 14 de junho de 2017 e de acordo com o protocolo ICMS 19/2011 da Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais).

7.4. Uma vez paga a importância discriminada na nota fiscal/fatura, a contratada dará ao Município de Presidente Olegário plena, geral e irretratável quitação dos valores nela discriminados, para nada mais vir a reclamar ou exigir a qualquer título, tempo ou forma.

7.5. Todo pagamento que vier a ser considerado contratualmente indevido será objeto de ajuste nos pagamentos futuros ou cobrados da contratada.

7.7. Nenhum pagamento será efetuado a Contratada enquanto pendente de liquidação, obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade.

7.8. A CONTRATADA deverá fornecer junto à Nota Fiscal, comprovantes de quitação das obrigações trabalhistas, FGTS e previdenciárias, referentes ao mês anterior, a emissão da Nota Fiscal deverá obedecer aos recolhimentos/retenções de acordo com a lei vigente.

7.9. A critério da Administração, poderão ser utilizados os pagamentos devidos para cobrir possíveis despesas com multas, indenizações a terceiros, ou outras de responsabilidade da contratada.

7.10. O Município de Presidente Olegário, no ato dos pagamentos, realizará as retenções tributárias devidas, inclusive retenção do Imposto de Renda, nos termos da IN RFB nº 1.234/12, do Decreto Municipal nº 1.669 de 27 de julho de 2023.

7.10.1. Compete exclusivamente aos fornecedores analisarem o disposto na IN RFB 1.234/12, no Decreto Municipal nº 1.669 de 27 de julho de 2023 com vistas a requererem eventuais imunidades, isenções ou não incidência da retenção do Imposto de Renda.

08 - FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

8.1 - As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital.

8.2 - Os critérios de qualificação econômico-financeira a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no edital.

8.3 - Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão os previstos e exigidos no edital.

09 - ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1 - O valor de referência para a contratação, para fins de aplicação do menor preço item, consta no item 1.1 deste termo, podendo ser sigiloso conforme Art. 24 da Lei 14.133/21.

10 – ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. A despesa decorrente desta licitação está estimada em **R\$ 885.899,10 (Oitocentos e oitenta e cinco mil, oitocentos e noventa e nove reais e dez centavos)**

10.2. Poderá ser utilizado qualquer dotação orçamentária prevista para o exercício de 2024, destinadas ao pagamento do objeto licitado, por ser registro de preços, conforme disposto no Art. 17 do Decreto Federal 11.462/23.

11 – SUBCONTRATAÇÃO:

11.1 - Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO

Setor de Licitações

Contato: (34) 3811-0070 licitacao@po.mg.gov.br



12. INFRAÇÕES E SANÇÕES:

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

I- Der causa à inexecução parcial do contrato;

II- Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

III- Der causa à inexecução total do contrato;

IV- Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

V- Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

VI- Praticar ato fraudulento na execução do contrato;

VII- comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

VIII- Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

a) Advertência;

b) Multa;

c) Impedimento de licitar e contratar e

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

12.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

a) A natureza e a gravidade da infração cometida.

b) As peculiaridades do caso concreto.

c) As circunstâncias agravantes ou atenuantes.

d) Os danos que dela provierem para a Administração Pública.

e) A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato lícitado, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

12.4.1. moratória de **0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado** sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 dias;

12.4.1.1 O atraso superior a 60 dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

12.4.2. compensatória de até 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto.

12.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

12.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

12.7. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações administrativas previstas que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

12.8. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação.

12.9. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

12.10. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

12.11. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.12. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO

Setor de Licitações

Contato: (34) 3811-0070 licitacao@po.mg.gov.br



reparação integral dos danos causados.

13 – DO REAJUSTE E DO REEQUILÍBRIO

13.1. Do reequilíbrio:

13.1.1. Para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos da CONTRATADA e a retribuição da Administração para a justa remuneração do objeto, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual, os valores constantes desta cláusula serão ajustados na proporção da alteração que houver nos preços do produto, precedido da demonstração do aumento dos custos, os quais poderão ser comprovados com documentos fiscais, contratos, convenções coletivas, na devida proporção do reflexo na formação da planilha de preço e compatibilidade com os valores de mercado.

13.1.2. O reequilíbrio econômico-financeiro do contrato ocorrerá, ainda, quando da redução dos custos.

13.1.3. Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridas após a data da apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão a revisão destes para mais ou para menos, conforme o caso.

13.1.4. Incumbirá ao interessado a iniciativa e o encargo de manifestar interesse, assim bem como, apresentar o cálculo minucioso do reequilíbrio econômico-financeiro a ser aprovado pela CONTRATANTE, juntando o respectivo memorial de cálculo e as demais provas que se fizerem necessárias.

13.1.5. Para a justa concessão de reequilíbrio econômico-financeiro, a CONTRATADA deve apresentar Notas Fiscais que demonstrem o desequilíbrio do contrato, sendo, no mínimo, uma NF com Data Emissão próxima a data da última proposta da contratada e uma NF com Data Emissão atualizada, indicar o item para o qual pretende a aplicação do reequilíbrio econômico-financeiro, da forma que se encontra na Ata de Registro de Preços ou no Contrato, com descrição completa e número do item, indicar o valor que pretende receber a título de reequilíbrio econômico-financeiro.

13.1.6. Somente serão consideradas as solicitações de revisão dos preços, aquelas que tenham concluído o prazo mínimo da proposta, mantenham a margem de lucro estabelecida na assinatura do contrato, não ultrapassem a média dos preços encontrados no mercado em geral, que o contrato esteja vigente e ainda possua saldo.

13.1.7. Sem a apresentação das informações indicadas nos itens “8.2.5” e “8.2.6”, a solicitação de reequilíbrio econômico-financeiro não poderá ser analisada por falta de elementos essenciais.

13.1.8. O reequilíbrio econômico-financeiro será concedido mediante aplicação do percentual de lucro auferido na data de apresentação da proposta acrescido do valor atual de compra do produto, como determina o inciso XXI, do artigo 37 da Constituição Federal.

13.1.9. O MUNICÍPIO e o CONTRATADO poderão restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro do Contrato, nos termos do artigo 124, inciso II, alínea “d”, da Lei Federal nº 14.133/21, por repactuação precedida de demonstração do aumento ou diminuição dos custos, obedecidos os critérios estabelecidos em planilha de formação dos preços e tendo sempre como limite a média dos preços encontrados no mercado em geral.

13.1.10. A simples apresentação de notas fiscais de aquisição, por si só, não justificará a concessão de reequilíbrio contratual.

13.1.11. Se for o caso, incube a Administração, como fiscal do contrato e por se tratar de tarefa Administrativa, verificar a correção da planilha de custos reequilibrada apresentada pela requerente, em confronto com a Planilha apresentada na proposta, por meio de servidor com conhecimento técnico ou setor competente, se ocorreu a efetiva repercussão dos eventos discriminados no pedido pela forma da Lei, assim, contemplando corretamente os custos que realmente tiveram os fatos comprovados e a partir de que data ocorreu.

13.1.12. O reequilíbrio econômico-financeiro do objeto desta licitação será analisado e processado em conformidade com a Lei nº 14.133/21. Cabe a CONTRATADA apresentar documentos (originais, autenticados em cartório, ou autenticados por servidor) que justifiquem e comprovem o pedido de reequilíbrio.

13.1.13. Os valores constantes do contrato serão ajustados na proporção da alteração que houver nos preços do objeto, precedido da demonstração do aumento dos custos, os quais poderão ser comprovados com documentos fiscais, contratos, convenções coletivas, na devida proporção do reflexo na formação da planilha de preço e compatibilidade com os valores de mercado.



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO

Setor de Licitações

Contato: (34) 3811-0070 licitacao@po.mg.gov.br



14 - DA ENTREGA

14.1. Todos os materiais deverão ser entregues de forma parcelada mediante recebimento da Ordem de Fornecimento do Setor de Compras, e no local estipulado para entrega, acompanhada da nota fiscal para conferência, que ocorrerá no ato da entrega no local de recebimento por funcionário competente sendo que a responsabilidade da entrega será por conta e risco do licitante adjudicado.

14.1.1. Prazo de entrega: em até 15 (quinze) dias consecutivos, a contar do recebimento por parte da contratada da Ordem de Fornecimento.

14.2. O Município de Presidente Olegário se reserva o direito de não receber os itens licitados em desacordo com o previsto neste instrumento convocatório, podendo cancelar o contrato em decorrência da sua inexecução parcial ou total, sem prejuízo das demais cominações legais aplicáveis.

14.3. A contratada é obrigada a substituir de imediato e às suas expensas, os itens licitados em que se verifiquem irregularidades.

14.4. O Fornecedor sujeitar-se-á fiscalização dos itens licitados no ato da entrega, reservando-se ao Município de Presidente Olegário o direito de não proceder ao recebimento, caso não encontre os mesmos em condições satisfatórias.

14.5. Correrão por conta da contratada todas as despesas com seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários, decorrentes da entrega e da própria aquisição dos itens licitados.

14.6. O Município recusará os produtos que forem entregues em desconformidade com o previsto neste contrato, termo de referência e proposta;

14.7. O recebimento provisório, será realizado pelo servidor designado do Município, dar-se-á no ato da entrega do objeto, após conferência de sua conformidade com as especificações do edital e da proposta;

14.8. O recebimento definitivo, realizado pelo fiscal do contrato, dar-se-á em até 03 (três) dias úteis, contados da data do recebimento provisório, após verificação da conformidade do objeto com as exigências e especificações do Contrato.

APROVAÇÃO DE TERMO DE REFERÊNCIA

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS DESTINADO À FUTURA, EVENTUAL E PARCELADA AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO E EQUIPAMENTOS PARA ATENDIMENTO DE TODAS AS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO.

Considerando que o Termo de Referência contempla elementos suficientes para a adequada caracterização do objeto que pretendemos contratar, **APROVO** o referido documento para que obrigatoriamente seja parte integrante do processo.

Presidente Olegário, 17 de julho de 2024.

Gilmar Caetano da Silva
**Secretário Municipal de Obras e Serviços
Públicos**

Eugênio Pinheiro Araújo
Secretário Municipal de Administração



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO

Setor de Licitações

Contato: (34) 3811-0070 licitacao@po.mg.gov.br



Lara Fernandes Rodrigues Ribeiro
Secretária Municipal de Saúde

Nilda Maria de Sousa Borges
Secretária Municipal de Educação, Cultura e Turismo

Rafael Caetano da Fonseca
Secretário Municipal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Paula Dimieve Fernandes Netta
Secretária Municipal de Desenvolvimento Social



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO

Setor de Licitações

Contato: (34) 3811-0070 licitacao@po.mg.gov.br



ANEXO II

MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 082/2024

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 054/2024

REGISTRO DE PREÇOS Nº 037/2024

MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO – MG

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS DESTINADO À FUTURA, EVENTUAL E PARCELADA AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO E EQUIPAMENTOS PARA ATENDIMENTO DE TODAS AS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO.

Razão Social do Licitante:
CNPJ/CPF :
Endereço :
E-mail :
Telefone / Fax :
Representante : Nome:
Identificação:
Qualificação:
Assinatura:

Item	Descrição	Unidade	Quantidade	Especificação	Valor Unitário	Valor Total
001	APARELHO DE AR CONDICIONADO 12.000BTU	UN	21	APARELHO DE AR CONDICIONADO 12.000BTU		
002	APARELHO DE AR CONDICIONADO 18.000 BTU	UN	4	APARELHO DE AR CONDICIONADO 18.000 BTU		
003	APARELHO TELEFONE SEM FIO	UN	23	APARELHO TELEFONE SEM FIO		
004	APARELHO TELEFONICO C/ FIO	UN	5	APARELHO TELEFONICO C/ FIO		
005	AR CONDICIONADO	UN	2	· TIPO: SPLIT9000 BTUS · TECNOLOGIA: INVERTER · TENSÃO: 220V 60MHZ · POTÊNCIAEMREFRIGERAÇÃO: 815W · CORRENTEEMREFRIGERAÇÃO: 4,63A · CONSUMO NORMATIZADO INMETRO: 17,1 KWH/MÊS · EER: 3,24 W/W · CLASSIFICAÇÃO ENERGÉTICA: A · VAZÃO MÁXIMA DE AR UNIDADE INTERNA: 8 M³/MIN · NÍVEL DE RUÍDO MÁXIMO UNIDADE INTERNA: 39 DB(A) · NÍVEL DE RUÍDO MÁXIMO UNIDADE EXTERNA: 47 DB(A) · DESUMIDIFICAÇÃO: 0,83 L/H · FAIXA DE TEMPERATURA EXTERNA DE REFRIGERAÇÃO: 18~48°C · ACABAMENTO: BRANCO · FUNÇÃO ENERGYSAVING · JET COOL: RESFRIAMENTO RÁPIDO · MODO SOFT DRY · DEFLEXÃO DE AR ACIMA E ABAIXO AUTOMÁTICO		



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO

Setor de Licitações

Contato: (34) 3811-0070 licitacao@po.mg.gov.br



				<ul style="list-style-type: none">·CONTROLE REMOTO·GÁS REFRIGERANTE: R-410ª·FAIXA DE AJUSTE DE TEMPERATURA 18~30°C·MODO AUTO CLEAN·FILTRO MULTIPROTEÇÃO COM TECNOLOGIA 3M·IONIZADOR IONCARE+·PROTEÇÃO ANTICORROSÃO		
006	AR CONDICIONADO 36000 BTU	UN	2	AR CONDICIONADO 36000 BTU CODIGO DA EVAPORADORA: CFI36, CODIGO DA CONDENSADORA: CFE36, FUNÇÃO DRY: RETIRA A UMIDADE DO AMBIENTE, PROGRAMA PREFERIDO (MODO AUTOMÁTICO): O AR CONDICIONADO ATINGE A TEMPERATURA PROGRAMADA PELO CONSUMIDOR AJUSTANDO O CICLO E A VELOCIDADE DA VENTILAÇÃO, FUNÇÃO ECO: PROPICIA UMA TEMPERATURA PROGRAMADA AGRADÁVEL, COM UMA REDUÇÃO DO CONSUMO DE ENERGIA, FUNÇÃO LOCK: PERMITE O TRAVAMENTO DE ALGUMAS FUNÇÕES PRE PROGRAMADAS EVITANDO QUE ELAS SEJAM ALTERADAS, AUTO DIAGNÓSTICO: AVISA QUANDO HÁ ALGUMA IRREGULARIDADE COM O PRODUTO.		
007	ARMÁRIO DE AÇO A90 COM DUAS PORTAS, 4 PRATELEIRAS, SUPORTA ATÉ 45 KG DISTRIBUÍDOS PELAS PRATELEIRAS,	UN	34	ARMÁRIO DE AÇO A90 COM DUAS PORTAS, 4 PRATELEIRAS, SUPORTA ATÉ 45 KG DISTRIBUÍDOS PELAS PRATELEIRAS, ESPESSURA DA PRATELEIRA CHAPA 26, MEDIDAS APROXIMADAS: 1975MM, LARGURA 900MM, PROFUNDIDADE 400MM, COR CINZA, COM PÉS METÁLICOS COM SAPATAS DE PLÁSTICO.		
008	ARMÁRIO DE AÇO CHAPA 20, DUAS PORTAS COM CHAVE, 05 PRATELEIRAS REGULÁVEIS...	UN	19	ARMÁRIO DE AÇO CHAPA 20, DUAS PORTAS COM CHAVE, 05 PRATELEIRAS REGULÁVEIS, 1,90M DE ALTURA X 0,90M DE LARGURA X 0,40M DE PROFUNDIDADE, PINTADO COM ESMALTE SINTÉTICO APÓS TRATAMENTO ANTIFERRUGINOSO E SECADA EM ESTUFA, NA COR CINZA PADRÃO.		
009	ARMÁRIO ROUPEIRO 8 PORTAS	UN	1	QUANTIDADE 8 PORTAS CHAPA 26 DIMENSÕES ALP/CM (APROXIMADAMENTE) 198 X 70 X 40 PESO SUPORTADO APROXIMADO 30 KG POR COMPARTIMENTO		
010	ARMÁRIO VITRINE COM 02 PORTAS. MATERIAL DE CONFEÇÃO EM AÇO, COM LATERAIS EM VIDRO, TETO E FUNDO EM	UN	4	ARMÁRIO VITRINE COM 02 PORTAS. MATERIAL DE CONFEÇÃO EM AÇO, COM LATERAIS EM VIDRO, TETO E FUNDO EM CHAPA DE AÇO 20, LATERAIS E PORTAS DE VIDRO DE 3MM E 04 PRATELEIRAS DE 4MM DE ESPESSURA APROXIMADAMENTE, PRATELEIRAS REGULÁVEIS, PORTA COM FECHADURA TIPO YALE, PÉS GUARNECIDOS COM PONTEIRAS DE BORRACHA, PINTADO COM ESMALTE SINTÉTICO APÓS TRATAMENTO ANTIFERRUGINOSO E SECADA EM ESTUFA, COR CINZA PADRÃO, DIMENSÕES APROXIMADAS DE		



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO

Setor de Licitações

Contato: (34) 3811-0070 licitacao@po.mg.gov.br



				0,65M DE LARGURA X 0,40M DE PROFUNDIDADE X 1, 65M DE ALTURA.		
011	ARQUIVO CONFECCIONADO EM AÇO CHAPA 24, 04 GAVETAS PARA PASTA SUSPENSAS, COM DESLIZADOR DA GAVETA EM	UN	18	ARQUIVO CONFECCIONADO EM AÇO CHAPA 24, 04 GAVETAS PARA PASTA SUSPENSAS, COM DESLIZADOR DA GAVETA EM TRILHO TELESCÓPICO, MEDINDO 1,30M DE ALTURA X 0,45M DE LARGURA X 0,50M DE PROFUNDIDADE, CAPACIDADE APROXIMADA DE 30KG POR GAVETA, FECHADURA TIPO YALE COM 02 CHAVES, FECHANDO SIMULTÂNEO DAS GAVETAS, PINTADO COM ESMALTE SINTÉTICO APÓS TRATAMENTO ANTIFERRUGINOSO E SECADA EM ESTUFA NA COR CINZA PADRÃO.		
012	BANCO DE RÉGUA (DE NO MÍNIMO 3,0 CM DE LARGURA) DE MADEIRA (SUCUPIRA PRETA OU SIMILAR) ENVERNIZADOS,	UN	20	BANCO DE RÉGUA (DE NO MÍNIMO 3,0 CM DE LARGURA) DE MADEIRA (SUCUPIRA PRETA OU SIMILAR) ENVERNIZADOS, MEDINDO 2,5 X 0,46 X 0,35		
013	BANQUETA	UN	5	BANQUETA PARA REFEITÓRIO, APROXIMADAMENTE 57CM DE ALTURA, ESTRUTURA DE METAL E TAMPO ESTOFADO.		
014	BATEDEIRA PLANETÁRIA, 4 LITROS 500W, 127V.	UN	5	BATEDEIRA PLANETÁRIA, 4 LITROS 500W, 127V.		
015	BEBEDOURO BRANCO CAPACIDADE DE REFRIGERAÇÃO 3,5 L/H (EM AMBIENTES A 25° C) CAPACIDADE DO RESER	UN	1	APROXIMADAS CAPACIDADE DE REFRIGERAÇÃO 3,5 L/H (EM AMBIENTES A 25° C) CAPACIDADE DO RESERVATÓRIO 3 LITROS ACOMPANHA GALÃO NÃO POTÊNCIA (W) 154 CONSUMO DE ENERGIA (KW/H) 5,5 KW TENSÃO/VOLTAGEM 110 V/220 V CONTEÚDO DE EMBALAGEM -1 BEBEDOURO GARANTIA 12 MESES		
016	BEBEDOURO EM AÇO INOX, COM DUAS TORNEIRAS	UN	11	BEBEDOURO EM AÇO INOX, COM DUAS TORNEIRAS (01 GELADA E 01 NATURAL), 50 LITROS ACABAMENTO EXTERNO EM AÇO INOX, COM FILTRO EXTERNO DE CARVÃO ATIVADO. MEDIDAS ALTURA X PROFUNDIDADE X LARGURA 1,33MX0,52MX0,45M		
017	BEBEDOURO INDUSTRIAL 100 LITROS	UN	5	BEBEDOURO INDUSTRIAL 100 LITROS. GABINETE ESTRUTURAL CONFECCIONADO EM AÇO INOX. SEGURANÇA E QUALIDADE CERTIFICADAS PELO INMETRO. SISTEMA DE REFRIGERAÇÃO BALANCEADO. BAIXO CONSUMO DE ENERGIA. RESERVATÓRIO PARA 100 LITROS DE ÁGUA GELADA. CAPACIDADE DE REFRIGERAÇÃO 180 L/ HORA. ISOLAMENTO TÉRMICO. APARADOR EM AÇO INOX. DRENO DE ESCOAMENTO EMBUTIDO. TORNEIRA EM METAL CROMADO.		



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO

Setor de Licitações

Contato: (34) 3811-0070 licitacao@po.mg.gov.br



				TERMOSTATO REGULADOR DE TEMPERATURA. DIMENSÕES 1300 X 700 X 700 MM (ALT X LARG X PROF). TENSÃO: 127 V OU 220V.		
018	BEBEDOURO INDUSTRIAL 15 LITROS NOX COM KIT DE INSTALAÇÃO E FILTRO - VOLTAGEM:127V. GABINETE ESTRUTUR	UN	5	BEBEDOURO INDUSTRIAL 15 LITROS NOX COM KIT DE INSTALAÇÃO E FILTRO - VOLTAGEM:127V. GABINETE ESTRUTURAL FABRICADO EM INOX 403. RESERVATÓRIO CONFECCIONADO EM POLIETILENO ATÓXICO, COM SERPENTINA INTERNA EM INOX 304. BOIA CONTROLADORA DO NÍVEL DE ÁGUA E APARADOR DE ÁGUA (PINGADEIRA) EM ABS. DEVE POSSUIR UNIDADE CONDENSADORA, ISOLAMENTO TÉRMICO E SISTEMA DE REFRIGERAÇÃO BALANCEADO. TEMPERATURA DE RESFRIAMENTO: NO MÍNIMO 10º C. FREQUÊNCIA MÍNIMA: 60 HZ. DIMENSÕES APROXIMADAS: 650MMX410MMX460MM.		
019	BERÇO (PARA COLCHÃO 60X130CM) - CERTIFICADO PELO INMETRO, MATERIAL MDP, COR BRANCO, SUPORTE DE MOSQU	UN	60	BERÇO (PARA COLCHÃO 60X130CM) - CERTIFICADO PELO INMETRO, MATERIAL MDP, COR BRANCO, SUPORTE DE MOSQUETEIRO, GRADE FIXA, DIMENSÕES DO PRODUTO MONTADO: ALTURA: 91,5CM, COMPRIMENTO: 132,5 CM E LARGURA: 68,5 CM.		
020	BUFFET SELF SERVICE DE 8 CUBAS QUENTES E 4 CUBAS FRIAS 8 CUBAS GASTRONÔMICAS (GNS), CUBAS TAMBÉM EM	UN	1	8 CUBAS GASTRONÔMICAS (GNS), CUBAS TAMBÉM EM AÇO INOXIDÁVEL BRILHANTE AISI430. – 8 CUBAS GASTRONÔMICAS (GNS) EM AÇO INOX AISI430 PARTE AQUECIDA; – 4 CUBAS GASTRONÔMICAS (GNS) EM AÇO INOX AISI430 PARTE RESFRIADA; – ESTRUTURA TUBULAR COM PINTURA ELETROSTÁTICA, RODÍZIO COM TRAVAS; – POSSUI SISTEMA DUPLO, ONDE A RESISTÊNCIA REALIZA O AQUECIMENTO DA PARTE INFERIOR E O GELO-X RESFRIA A PARTE SUPERIOR; ESTRUTURA TUBULAR PINTADA COM PROCESSO DE PINTURA ELETROSTÁTICA PARA MAIOR QUALIDADE E DURABILIDADE DA PEÇA E FACILIDADE NA LIMPEZA. POIS ESSE TIPO DE PINTURA DEIXA O OBJETO COM TEXTURA MAIS LISA, ALÉM DE DEIXAR A COR MAIS UNIFORME. RESISTÊNCIA COM POTÊNCIA DE 2000W. PEÇA DE GRANDE IMPORTÂNCIA PARA ESSE EQUIPAMENTO GASTRONÔMICO, SENDO RESPONSÁVEL POR MANTER A TEMPERATURA ADEQUADA PARA CONSERVAR OS ALIMENTOS QUENTE, COM QUALIDADE E BOM SABOR. LÂMPADA PILOTO QUE SE MANTÉM ACESA ATÉ O MOMENTO QUE		



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO

Setor de Licitações

Contato: (34) 3811-0070 licitacao@po.mg.gov.br



				<p>ALCANÇAR A TEMPERATURA MARCADA NO TERMOSTATO. BOTÃO TERMOSTATO COM CONTROLE DE TEMPERATURA DE 20°C A 120°C</p> <p>RODÍZIOS PARA MAIOR FACILIDADE NA LOCOMOÇÃO. PRODUTO DEVERÁ SER APROVADO PELO INMETRO.</p> <p>CUBA QUENTE: 6L CUBA FRIA: 4,5L</p> <p>MEDIDAS TOTAIS ALTURA - 140 A 150CM LARGURA - 60 A 80 CM COMPRIMENTO- 150 A 160 CM</p> <p>O PRODUTO DEVERÁ ACOMPANHAR TODAS AS CUBAS E TAMPAS. VOLTAGEM / TENSÃO -127V = 2000W</p>		
021	CADEIRA CAIXA SECRETÁRIA	UN	10	<p>CADEIRA CAIXA SECRETÁRIA ALTA A GÁS, ESTRELA DE AÇO MODELO ARQUEADO COM ARO FIXO DE APOIO DE PÉS, PISTÃO COM REGULAGEM DE ALTURA A GÁS, FLANGE/PLATAFORMA DE AÇO CHAPA12, SUPORTE DO ENCOSTO TUBO OBLONGO 16 X 30 X 2 MM COM ACABAMENTO COM SANFONA PLATISTICA, ASSENTO E ENCOSTO DE MADEIRA COMPENSADA DE 10 MM ANATOMICA, ESPUMA INJETADA, REVESTIDA EM COURO ECOLOGICO COR AZUL MARINHO. MEDIDAS- ENCOSTO 42 CM LARGURA X 39 CM PROFUNDIDADE, ENCOSTO- 37 CM DE LARGURA X 30 CM DE ALTURA, ALTURA DO ASSENTO 63 CM A 73 CM, ALTURA DO ENCOSTO 103 CM A 113 CM.</p> <p>CADEIRA CAIXA SECRETÁRIA ALTA A GÁS, ESTRELA DE AÇO MODELO ARQUEADO COM ARO FIXO DE APOIO DE PÉS, PISTÃO COM REGULAGEM DE ALTURA A GÁS, FLANGE/PLATAFORMA DE AÇO CHAPA12, SUPORTE DO ENCOSTO TUBO OBLONGO 16 X 30 X 2 MM COM ACABAMENTO COM SANFONA PLATISTICA, ASSENTO E ENCOSTO DE MADEIRA COMPENSADA DE 10 MM ANATOMICA, ESPUMA INJETADA, REVESTIDA EM COURO ECOLOGICO COR AZUL BIC. MEDIDAS- ENCOSTO 42 CM LARGURA X 39 CM PROFUNDIDADE, ENCOSTO- 37 CM DE LARGURA X 30 CM DE ALTURA, ALTURA DO ASSENTO 63 CM A 73 CM, ALTURA DO ENCOSTO 103 CM A 113 CM.</p>		
022	CADEIRA COM ESTRUTURA EM AÇO NA COR CINZA, ASSENTO E ENCOSTO EM POLIPROPILENO NA COR AZUL.	UN	20	<p>CADEIRA COM MATERIAL DE CONFECÇÃO EM AÇO, ASSENTO E ENCOSTO EM POLIPROPILENO NA COR AZUL. NÃO POSSUI: RODÍZIOS, BRAÇOS, REGULAGEM DE ALTURA. MEDIDAS APROXIMADAS: ALTURA DO ASSENTO: 44 CM / DIMENSÕES ASSENTO: 47CM X 40 CM / DIMENSÕES ENCOSTO: 46,5 CM X 31 CM / ALTURA DO ASSENTO: 44 CM /</p>		



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO

Setor de Licitações

Contato: (34) 3811-0070 licitacao@po.mg.gov.br



				ALTURA TOTAL: 80 CM / PROFUNDIDADE TOTAL: 55CM.		
023	CADEIRA COM MATERIAL DE CONFEÇÃO EM AÇO, ASSENTO E ENCOSTO EM POLIPROPILENO NA COR PRETA.	UN	65	CADEIRA COM MATERIAL DE CONFEÇÃO EM AÇO, ASSENTO E ENCOSTO EM POLIPROPILENO NA COR PRETA. NÃO POSSUI: RODÍZIOS, BRAÇOS, REGULAGEM DE ALTURA. MEDIDAS APROXIMADAS: ALTURA DO ASSENTO: 44 CM / DIMENSÕES ASSENTO: 47CM X 40 CM / DIMENSÕES ENCOSTO: 46,5 CM X 31 CM / ALTURA DO ASSENTO: 44 CM / ALTURA TOTAL: 80 CM / PROFUNDIDADE TOTAL: 55CM.		
024	CADEIRA ENCOSTO FIXO, COM ESPUMA INJETADA, SEM RODINHAS	UN	40	CADEIRA ENCOSTO FIXO, COM ESPUMA INJETADA, SEM RODINHAS CADEIRA ENCOSTO FIXO, ASSENTO E ENCOSTO ANATÔMICOS INJETADOS, SEM RODINHAS, REVESTIMENTO LAVÁVEL.		
025	CADEIRA ESCRITÓRIO DIRETOR RECLINÁVEL, ENCOSTO FIXO EM TELA MESH, ASSENTO EM TECIDO TELADO ACOLCHOA	UN	31	CADEIRA ESCRITÓRIO DIRETOR RECLINÁVEL, ENCOSTO FIXO EM TELA MESH, ASSENTO EM TECIDO TELADO ACOLCHOADO, REGULAGEM DE ALTURA A GAS, ESPUMA INJETADA DE ALTA DENSIDADE, BRAÇOS DE APOIO FIXOS, ACABAMENTO DO PISTÃO CROMADO, REVESTIMENTO EM POLIPROPILENO, ESTRUTURA: TUBOS DE AÇO E POLIPROPILENO, RODAS EM PLÁSTICO, DIMENSÕES: LARGURA DE 48CM ALTURA MÍNIMA DE 97CM PROFUNDIDADE 48CM, PESO SUPOSTO ATÉ 120KG, GARANTIA MÍNIMA PELO FABRICANTE DE NO MÍNIMO 03 MESES		
026	CADEIRA GIRATÓRIA COM BRAÇO, ESPUMA INJETADA, COM SISTEMA DE REGULAGEM DE ALTURA DE ASSENTO, ENCOSTO	UN	50	CADEIRA GIRATÓRIA COM BRAÇO, ESPUMA INJETADA, COM SISTEMA DE REGULAGEM DE ALTURA DE ASSENTO, ENCOSTO E BRAÇOS, COM RODÍZIOS.		
027	CAIXA DE SOM AMPLIFICADA	UN	1	CAIXA DE SOM AMPLIFICADA 2 VIAS, COM ALTO FALANTE DE 12" (BOBINA 1,5") E DRIVER TITÂNIO (FREQUÊNCIA 2.5 KHZ (12DB), DRIVER 1.35" 8 OHMS) POTÊNCIA 150 WATTS 8 OHMS VISOR DIGITAL COM CONTROLE REMOTO, ENTRADA USB E SD AMPLIFICADOR DIGITAL - VOLTAGEM (110 V E 220 V) RODAS PARA TRANSPORTE PLAYER COMPATÍVEL COM ARQUIVOS MP3/WMA CONEXÕES: 2 PLUGS JACK P10 E CLR PARA ENTRADA DE MICROFONES 2 PLUGS RCA (IN E OUT), 1 PLUG SPEAKER FÊMEA PARA CONEXÕES DAS CAIXAS ESCRAVAS, 1 USB, E SD RÁDIO FM, 1 SAÍDA XLR		
028	CARRINHO AÇO INOX COZINHA INDUSTRIAL 3 PRATELEIRAS, COM RODINHAS	UN	1	CARRO AUXILIAR COM 3 PRATELEIRAS COM ALÇAS TUBULARES PARA MOVIMENTAÇÃO NOS DOIS LADOS PRATELEIRAS COM PROTEÇÃO EM		



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO

Setor de Licitações

Contato: (34) 3811-0070 licitacao@po.mg.gov.br



	APRESENTANDO ACABAMENTO ZINCADO.			TODAS AS LATERAIS PARA EVITAR QUEDA DE RECIPIENTES E GARANTIR GRANDE DURABILIDADE 4 RODAS GIRATÓRIAS DE FÁCIL MOVIMENTAÇÃO NÃO RETÉM ODORES E NEM MODIFICA OS SABORES DOS ALIMENTOS E DEMAIS PRODUTOS. FÁCIL DE HIGIENIZAR E LIMPAR, EVITA A MULTIPLICAÇÃO DE FUNGOS, BOLORES E AGENTES BIOLÓGICOS DE CONTAMINAÇÃO; 100% AÇO INOXIDÁVEL SUA CAPACIDADE TOTAL DE PESO É DE 120KG , SENDO 40KG DISTRIBUÍDOS PARA CADA PRATELEIRA. NA PARTE INFERIOR DO CARRINHO DE INOX, ESTÃO OS RODÍZIOS QUE SÃO FABRICADOS EM CHAPA ESTAMPADA E CABEÇOTE COM DUPLA PISTA DE ESFERAS, APRESENTANDO ACABAMENTO ZINCADO. O EIXO DA RODA PARAFUSADO. RODAS MACIAS E SILENCIOSAS, DEVERÁ PROPORCIONAR ÓTIMA PROTEÇÃO AO PISO E POSSUIR EXCELENTE RESISTÊNCIA AO DESGASTE E AOS IMPACTOS. TAMANHO: COMPRIMENTO 100 CM LARGURA 60 CM ALTURA 110 CM		
029	CARRINHO PARA IMPRESSORA	UN	4	MESINHA PARA IMPRESSORA COM MEDIDAS APROXIMADAS DE 50X60CM, CONTENDO DIVISÓRIAS, PARA GUARDAR MATERIAS DE ESCRITÓRIO E RODÍZIOS		
030	CARTEIRA ESCOLAR TIPO FNDE MESA + CADEIRA ESCOLAR MEDIDAS DE 1,33M X 1,59M	UN	100	CARTEIRA ESCOLAR TIPO FNDE MESA + CADEIRA ESCOLAR MEDIDAS DE 1,33M X 1,59M		
031	CESTO LIXEIRA COM PEDAL TAMPA ARMAÇÃO DE FERRO	UN	20	LIXEIRA EM AÇO INOX 430 COM PEDAL COM BALDE INTERNO (A PARTIR DE 2 PEÇAS) 10L		
032	COLCHÃO BERÇO 130CMX0,60CMX0,12 CM	UN	100	COLCHAO BERÇO 130CMX0,60CMX0,12 CM		
033	CONJUNTO DE MESA E CADEIRA P/ PROFESSOR	CJ	20	CONJUNTO DE MESA E CADEIRA P/ PROFESSOR		
034	CONJUNTO ESCOLAR TIPO FNDE MESA + CADEIRA ESCOLAR MEDIDAS DE 1,59M X 1,88M	UN	150	CONJUNTO ESCOLAR TIPO FNDE MESA + CADEIRA ESCOLAR MEDIDAS DE 1,59M X 1,88M		
035	ESCADA DE 2 DEGRAUS MATERIAL DE CONFEÇÃO AÇO INOXIDÁVEL, ANTI DERRAPANTE, DIMENSÕES DA ESCADA ...	UN	50	ESCADA DE 2 DEGRAUS MATERIAL DE CONFEÇÃO AÇO INOXIDÁVEL, ANTI DERRAPANTE, DIMENSÕES DA ESCADA DE: 0,40 X 0,40 X 0,40CM, ESTRUTURA EM TUBOS REDONDO MEDINDO: 22,22 X 120MM, DEGRAUS EM CHAPA DE AÇO DE: 1,00MM X 360MM COMPRIMENTO X 140MM DE LARGURA, PISO COM REVESTIMENTO PLASTILHADO DE BORRACHA, PÉS COM PONTEIRAS DE BORRACHA.		
036	ESCANINHO PARA ESCRITÓRIO -	UN	9	ESCANINHO PARA ESCRITÓRIO - MATÉRIA-PRIMA: AÇO		



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO

Setor de Licitações

Contato: (34) 3811-0070 licitacao@po.mg.gov.br



	MATÉRIA-PRIMA: AÇO COMPARTIMENTO: 16 DIMENSÕES: 1,98 M X (ALTURA) X 1,2			COMPARTIMENTO: 16 DIMENSÕES: 1,98 M X (ALTURA) X 1,2 M X (LARGURA) X 0,42 M (PROFUNDIDADE)		
037	ESTANTE COM 06 PRATELEIRAS, ALTURA: 2,0 MTS, LARGURA: 0,925 MTS, PROFUNDIDADE: 0,585 MTS,	UN	24	ESTANTE COM 06 PRATELEIRAS, ALTURA: 2,0 MTS, LARGURA: 0,925 MTS, PROFUNDIDADE: 0,585 MTS, CAPACIDADE DE CARGA DE CADA PRATELEIRA UNIFORMEMENTE DISTRIBUÍDA 125 KGS, POSSUI REFORÇO, COMPONENTES: 04 COLUNAS COM ABAS DE 35,5 X 35,5 MM EM CHAPA 14 (2MM), 06 PRATELEIRAS EM CHAPA 22 (0,75 MM) COM 02 REFORÇOS EM ÔMEGA 04 SAPATAS DE AÇO, PRODUTO JÁ MONTADO, COR CINZA.		
038	FOGÃO DE 04 BOCAS - LINHA BRANCA	UN	5	FOGÃO DOMÉSTICO 4 BOCAS- BRANCO DUPLA CHAMA 4 BOCAS- BRANCO ACENDIMENTO AUTOMÁTICO TOTAL NÚMERO DE BOCAS: 4 BOTÕES REMOVÍVEIS GRADE NO FORNO VISOR TOTAL NA PORTA DO FORNO VALVULA DE SEGURANA NO FORNO VOLTAGEM: 110 V COR: BRANCA A GAS.		
039	FOGÃO INDUSTRIAL 4 BOCAS SEM FORNO	UN	10	FOGÃO INDUSTRIAL 4 BOCAS SEM FORNO		
040	FOGÃO INDUSTRIAL 6 BOCAS	UN	6	FOGÃO INDUSTRIAL, SEM FORNO, COM 6 BOCAS E BANDEJA COLETORA DE RESÍDUOS, ALIMENTADO POR GLP (GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO). CARACTERÍSTICAS: POSSUIR 6 BOCAS E 6 QUEIMADORES DUPLOS; POSSUIR GRELHAS REMOVÍVEIS EM FERRO FUNDIDO COM MEDIDAS DE 300X300MM COM TOLERÂNCIA DE (+/- 10 MM) COM FORMATO CENTRAL ARREDONDADO E QUEIMADORES DE APROXIMADAMENTE 90MM DE DIÂMETRO; POSSUIR TAMPO SUPERIOR REFORÇADO FABRICADO EM CHAPA DE AÇO INOXIDÁVEL AISI 304, TAMANHO DE CHAPA 18; POSSUIR DE CALHAS COLETORAS DE RESÍDUOS COM PUXADOR DESENVOLVIDO NA PRÓPRIA PEÇA EM AÇO INOXIDÁVEL AISI 304; POSSUIR BOTÕES DE BAQUELITE OU MATERIAL SUPERIOR; POSSUIR CANTOS ARREDONDADOS; POSSUIR ESTRUTURA COM PRATELEIRA INFERIOR GRADEADA AÇO INOX AISI 304; POSSUIR AQUECIMENTO GERADO POR QUEIMADORES DUPLOS; POSSUIR ESPALHADORES EM FERRO FUNDIDO; POSSUIR LARGURA 750MM, ALTURA 880MM E COMPRIMENTO 1150 MM COM TOLERÂNCIA DE (+/-10MM); POSSUIR NO MÍNIMO 4 PÉS EM PERFIL DE AÇO INOX AISI 304; POSSUIR PÉS (SAPATAS) NIVELADORES EM NYLON OU MATERIAL SUPERIOR, CONSTITUÍDAS DE BASE METÁLICA E PONTEIRA MACIÇA DE MATERIAL; POSSUIR PÉ SAPATAS FIXADAS DE		



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO

Setor de Licitações

Contato: (34) 3811-0070 licitacao@po.mg.gov.br



				<p>MODO QUE O EQUIPAMENTO FIQUE A APROXIMADAMENTE 50MM DO PISO; POSSUIR TUBULAÇÃO DO GÁS EM AÇO INOXIDÁVEL AISI 304; POSSUIR GRELHA DE FERRO FUNDIDO PARA APOIO DE PANEAS, REMOVÍVEIS, EM NÚMERO DE 6, NO TAMANHO 300MM X 300MM. RELAÇÃO MÍNIMA DE CARACTERÍSTICAS CONSTRUTIVAS: O EQUIPAMENTO E SEUS COMPONENTES DEVEM SER ISENTOS DE REBARBAS, ARESTAS CORTANTES OU ELEMENTOS PERFURANTES; AS MATÉRIAS PRIMAS UTILIZADAS NA FABRICAÇÃO DO EQUIPAMENTO DEVEM ATENDER ÀS NORMAS TÉCNICAS ESPECÍFICAS PARA CADA MATERIAL; TODAS AS SOLDAS UTILIZADAS NOS COMPONENTES EM AÇO INOX DEVERÃO SER DE ARGÔNIO E POSSUIR SUPERFÍCIE LISA E HOMOGÊNEA, NÃO DEVENDO APRESENTAR PONTOS CORTANTES, SUPERFÍCIES ÁSPERAS OU ESCÓRIAS; TODOS ELEMENTOS DA ESTRUTURA DO FOGÃO FABRICADOS EM AÇO INOX AISI 304; BANDEJAS COLETORAS E GUIAS CORREDIÇAS EM AÇO INOX AISI 304; RELAÇÃO MÍNIMA DE ACESSÓRIOS: 01 REGULADOR DE PRESSÃO PARA GÁS GLP COMPATÍVEL COM PRESSÃO DA LINHA DO FOGÃO; 01 REGISTRO ¾ PARA GÁS GLP; 01 MANGUEIRA COM REVESTIMENTO DE TRAMA DE AÇO PARA GLP DE 2M.</p>		
041	FORNO INDUSTRIAL A GÁS	UN	11	<p>FORNO INDUSTRIAL A GÁS COURAÇADO COM 107 LITROS DE CAPACIDADE E DIMENSÕES INTERNAS DE 45 X 36 X 66 CM (LARGURA X ALTURA X PROFUNDIDADE); COM PÉS, ACABAMENTO INTERNO E EXTERNO LIMPA FÁCIL; AMPLO ESPAÇO INTERNO; 2 GRADES DESLIZANTES EM INOX COM GRANDE ESPAÇAMENTO ENTRE SI, QUE PERMITEM ASSAR DIVERSAS RECEITAS AO MESMO TEMPO; BANDEJA COLETORA DE RESÍDUOS E ACENDIMENTO MANUAL. GRADES DO FORNO INDUSTRIAL EM AÇO INOXIDÁVEL DE ALTA QUALIDADE, AUMENTANDO A DURABILIDADE DO PRODUTO E O TORNANDO CAPAZ DE SUPORTAR RECIPIENTES PESADOS.</p> <p>PÉS REMOVÍVEIS; MAIS ESTABILIDADE; BANDEJA COLETORA DE RESÍDUOS DUAS PRATELEIRAS DESLIZANTES; COM SUPORTE METÁLICO PARA OBJETOS OU BOTIJÕES DE GÁS. CONTROLE DE TEMPERATURA AJUSTÁVEIS, PUXADOR DE METAL, PORTA COM PERFIL DE VEDAÇÃO SEM VISOR. ISOLAMENTO TÉRMICO COMPLETO.</p> <p>DIMENSÕES DO PRODUTO</p>		



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO

Setor de Licitações

Contato: (34) 3811-0070 licitacao@po.mg.gov.br



				(LARGURA X ALTURA X PROFUNDIDADE): 56,3 X 136,5 X 77 CM GARANTIA MÍNIMA DE 12 MESES; TIPO DE TEMPERATURA: 180C À 300C, MANIPULADOR DE TEMPERATURA COM 05 POSIÇÕES BOTÕES REMOVÍVEIS: SIM FABRICAÇÃO: NACIONAL		
042	FREEZER HORIZONTAL COM 2 PORTAS, CAPACIDADE DE 546 LITROS E VOLTAGEM 110V	UN	5	FREEZER HORIZONTAL COM 2 PORTAS, CAPACIDADE DE 546 LITROS E VOLTAGEM 110V		
043	FREEZER VERTICAL	UN	10	FREEZER VERTICAL CAPACIDADE DE 550 A 580 LITROS. REFRIGERAÇÃO: AR FORÇADO COM EVAPORADOR ALETADO. FAIXAS DE TEMPERATURA: CONSERVADOR: -10°C A -16°C/ FREEZER: -18°C A -22°C. IDEAL PARA CONGELAMENTO E CONSERVAÇÃO DE CARNES. DEGELO: AUTOMÁTICO (FROST FREE). CONTROLADOR ELETRÔNICO TÉRMICO DIGITAL. REVESTIMENTO INTERNO: EM ALUMÍNIO E FUNDO EM AÇO INOX. REVESTIMENTO EXTERNO: AÇO REVESTIDO TIPO INOX.. PORTA CEGA. EQUIPADO COM UNIDADE CONDESADORA. ISOLAMENTO EM POLIURETANO. 4 RODÍZIOS GIRATÓRIOS SENDO 2 COM FREIOS. AÇO INOX AISI 304 OU 430 ESCOVADO, COM GRELHAS. FECHAMENTO AUTOMÁTICO. PRATELEIRAS ARAMADAS. 3 NÍVEIS REGULÁVEIS E INCLINÁVEIS + ESTRADO. PÉS NIVELADORES. EQUIPAMENTO CERTIFICADO CONFORME PORTARIA INMETRO Nº 371/2009. VOLTAGEM 110V CAPACIDADE DE 550 A 580 LITROS. REFRIGERAÇÃO: AR FORÇADO COM EVAPORADOR ALETADO. FAIXAS DE TEMPERATURA: CONSERVADOR: -10°C A -16°C/ FREEZER: -18°C A -22°C. IDEAL PARA CONGELAMENTO E CONSERVAÇÃO DE CARNES. DEGELO: AUTOMÁTICO (FROST FREE). CONTROLADOR ELETRÔNICO TÉRMICO DIGITAL. REVESTIMENTO INTERNO: EM ALUMÍNIO E FUNDO EM AÇO INOX. REVESTIMENTO EXTERNO: AÇO REVESTIDO TIPO INOX.. PORTA CEGA. EQUIPADO COM UNIDADE CONDESADORA. ISOLAMENTO EM POLIURETANO. 4 RODÍZIOS GIRATÓRIOS SENDO 2 COM FREIOS. AÇO INOX AISI 304 OU 430 ESCOVADO, COM GRELHAS. FECHAMENTO AUTOMÁTICO. PRATELEIRAS ARAMADAS. 3 NÍVEIS REGULÁVEIS E INCLINÁVEIS + ESTRADO. PÉS NIVELADORES. EQUIPAMENTO CERTIFICADO CONFORME PORTARIA INMETRO Nº 371/2009. VOLTAGEM 110V.		



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO

Setor de Licitações

Contato: (34) 3811-0070 licitacao@po.mg.gov.br



044	GAVETEIRO EM MDF	UN	5	GAVETEIRO EM MDF MADEIRA MDF , TIPO REVESTIMENTO: LAMINADO MELAMÍNICO BAIXA PRESSÃO , QUANTIDADE GAVETAS: 4 UN, ALTURA: 62 CM, LARGURA: 47 CM, PROFUNDIDADE: 50 CM, COR: BRANCO , TIPO PÉS: COM RODÍZIO , CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: COM CHAVES		
045	GELADEIRA FROSTFREE 410 LT- LINHA BRANCA	UN	11	GELADEIRA FROSTFREE 410 LT- LINHA BRANCA, VOLTAGEM: 110 VOLTS.		
046	LAVADORA DE ALTA PRESSÃO	UN	5	LAVADORA DE ALTA PRESSÃO, MÓVEL FÁCIL DE TRANSPORTAR, COM LOCAL PARA ARMAZENAR OS ACESSÓRIOS E UMA PISTOLA ERGONÔMICA DE ALTA PRESSÃO COM CONECTORES DE RÁPIDO ENGATE. COM VÁLVULA DE SEGURANÇA QUE IMPDE SOBRECARGA, CONTROLE DE PRESSÃO LIGA E DESLIGA O MOTOR QUANDO A PISTOLA É SOLTA. DADOS TÉCNICOS - PRESSÃO DE TRABALHO BAR/PSI: 130BAR-1850LIBRAS. VAZÃO DE ÁGUA 420L/H, 6,7L/MIN. RESERVATÓRIO DE DETERGENTE INTERGRADO. MOTOR DE INDUÇÃO. POTENCIA 1500W, FREQUENCIA 60 HZ; DIMENSÕES (CXLXA): 37 X 41 X 97 CM. PESO APROXIMADO 17,2KG; 110 VOLTS LAVADORA DE ALTA PRESSÃO, MÓVEL FÁCIL DE TRANSPORTAR, COM LOCAL PARA ARMAZENAR OS ACESSÓRIOS E UMA PISTOLA ERGONÔMICA DE ALTA PRESSÃO COM CONECTORES DE RÁPIDO ENGATE. COM VÁLVULA DE SEGURANÇA QUE IMPDE SOBRECARGA, CONTROLE DE PRESSÃO LIGA E DESLIGA O MOTOR QUANDO A PISTOLA É SOLTA. DADOS TÉCNICOS - PRESSÃO DE TRABALHO BAR/PSI: 130BAR-1850LIBRAS. VAZÃO DE ÁGUA 420L/H, 6,7L/MIN. RESERVATÓRIO DE DETERGENTE INTERGRADO. MOTOR DE INDUÇÃO. POTENCIA 1500W, FREQUENCIA 60 HZ; DIMENSÕES (CXLXA): 37 X 41 X 97 CM. PESO APROXIMADO 17,2KG		
047	LIQUIDIFICADOR 1400W COM 06 LAMINAS, 15 VELOCIDADES CAPACIDADE DE 3,00 LITROS TOTAL/1800 LITROS, 127	UN	1	LIQUIDIFICADOR 1400W COM 06 LAMINAS, 15 VELOCIDADES CAPACIDADE DE 3,00 LITROS TOTAL/1800 LITROS, 127V		
048	LIQUIDIFICADOR COM 03 VELOCIDADES + PULSAR, COM 2,100ML, POTÊNCIA MÍNIMA DE 800W, 110V	UN	8	CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS: POTÊNCIA MÍNIMA DE 800W; ALIMENTAÇÃO: 110 VOLTS OU BIVOLT; LAMINA DE 6 FACAS EM AÇO INOXIDÁVEL; COPO EM ACRÍLICO COM TAMPA E CAPACIDADE DE APROXIMADA DE 2100 LITROS; MÍNIMO 3 VELOCIDADES; FUNÇÕES: PULSAR, TRITURAR GELO, LIQUIDIFICAR;		



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO

Setor de Licitações

Contato: (34) 3811-0070 licitacao@po.mg.gov.br



				AUTO-LIMPANTE; SISTEMA DE TRAVA DE SEGURANÇA; PORTA-FIO; * OBS. O PRODUTO DEVERÁ POSSUIR CERTIFICAÇÃO COMPULSORIA, SELO PROCEL E ETIQUETA DE EFICIENCIA ENERGETICA RECONHECIDA PELO INMETRO. * - GARANTIA MINIMA: 12 (DOZE) MESES ACOMPANHA MANUAL DE INSTRUÇÃO.		
049	LIQUIDIFICADOR INDUSTRIAL, MÍNIMO 6 LTS	UN	8	LIQUIDIFICADOR INDUSTRIAL, MÍNIMO 6 LTS		
050	LONGARINA 4 LUGARES TIPO AEROPORTO	UN	4	LONGARINA 4 LUGARES BASE FIXA, ASSENTO E ENCOSTO COM ESTRUTURA EM AÇO PERFURADO E BRAÇO EM AÇO CROMADO COM FORMATO ANATÔMICO, SUPORTA 150KG POR ASSENTO, DIMENSÕES APROXIMADAS COMPRIMENTO 240CM		
051	LONGARINA DE 3 LUGARES EM POLIPROPILENO	UN	23	LONGARINA COM ASSENTO E ENCOSTO EM POLIPROPILENO (PP) AZUL REFORÇADA COM 2 TRAVESSAS E PROTEÇÃO PARA O ENCOSTO NÃO ESBARRAR NA PAREDE.DETALHES DO PRODUTO ENCOSTO: CONFECCIONADO EM POLIPROPILENO (PP), NO SISTEMA DE INJEÇÃO TERMOPLÁSTICA. FIXA-SE NA ESTRUTURA ATRAVÉS DE ENCAIXES RETANGULARES, COM TRAVAMENTO NA ESTRUTURA ATRAVÉS DE PINO-TAMPÃO, TAMBÉM CONFECCIONADO EM POLIPROPILENO (PP) DA MESMA COR DO ENCOSTO. ASSENTO: CONFECCIONADO EM POLIPROPILENO (PP), NO SISTEMA DE INJEÇÃO TERMOPLÁSTICA. POSSUI ENCAIXES DE GARRAS PARA FIXAR-SE NA ESTRUTURA, COM TRAVAMENTO FEITO POR PARAFUSOS DO TIPO AA. ACABAMENTOS DO ENCOSTO E ASSENTO: ACABAMENTO EM POLIPROPILENO (PP) NA COR. AZUL ESTRUTURA: 2 TRAVESSAS EM TUBO DE AÇO RETANGULAR DE SEÇÃO 50X30 MM, CHAPA DE ESPESSURA 1,5 MM, PARA SUSTENTAÇÃO DOS ASSENTOS. PÉS COM TRAVESSAS HORIZONTAIS EM TUBO DE AÇO 50X30 MM ALONGADAS ATÉ OS RODAPÉS, PARA EVITAR QUE OS ENCOSTOS DOS ASSENTOS ESBARREM NA PAREDE. SAPATAS DE PROTEÇÃO DOS PÉS EM POLIPROPILENO 50X30 MM, REBITADAS NA BASE DA ESTRUTURA, PARA EVITAR QUE NÃO SE DESPRENDAM. TODOS OS COMPONENTES METÁLICOS SÃO AFIXADOS PELO SISTEMA DE SOLDA MIG E CURVADOS EM MÁQUINAS ESPECÍFICAS. TODA A ESTRUTURA METÁLICA É SUBMETIDA A UM PRÉ-TRATAMENTO ANTIFERRUGINOSO À BASE DE ZINCO (LAVAGEM -		



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO

Setor de Licitações

Contato: (34) 3811-0070 licitacao@po.mg.gov.br



				DECAPAGEM - FOSFATIZAÇÃO) E PINTURA ELETROSTÁTICA COM TINTA EPÓXI EM PÓ NA COR CINZA OU PRETA. DETALHAMENTO DAS MEDIDAS ASSENTO: LARGURA 46 CM PROFUNDIDADE 40 CM ENCOSTO: LARGURA 46 CM ALTURA 32 CM LONGARINA PRONTA: 3 LUGARES 162 CM		
052	MÁQUINA DE LAVAR ROUPA - 15KG LINHA BRANCA	UN	5	MAQUINA DE LAVAR ROUPA - 15KG - ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: ÁGUA FRIA; CAPACIDADE DE ROUPA SECA: 15KG ALIMENTAÇÃO 110V; CESTO INOX E BASE PLÁSTICA; TAMPA: VIDRO TEMPERADO; CENTRIFUGAÇÃO: 750RPM DISPENSER: SABÃO PÓ/LÍQUIDO, AMACIANTE, ALVEJANTE.		
053	MESA DE ESCRITÓRIO. COMPOSIÇÃO FORMATO SIMPLES. MESA 1.20MT X 0.60MT, ALTURA 75CM EM MATERIAL MDP 15	UN	33	MESA DE ESCRITÓRIO. COMPOSIÇÃO FORMATO SIMPLES. MESA 1.20MT X 0.60MT, ALTURA 75CM EM MATERIAL MDP 15MM, ESTRUTURA DOS PÉS EM AÇO REFORÇADO 1.2MM COM PINTURA EPÓXI COM TRATAMENTO ANTI - FERRUGEM, COM 2 GAVETAS, FECHAMENTO DAS GAVETAS ATRAVÉS DE FECHADURA EM AÇO COM 2 COPIAS DE CHAVE, ACABAMENTO EM PERFIL EMBORRACHADO, COR MARFIM.		
054	MESA DE MADEIRA (DE NO MÍNIMO 3,0 CM DE LARGURA) DE MADEIRA (SUCUPIRA PRETA OU SIMILAR) ENVERNIZADO	UN	10	MESA DE MADEIRA (DE NO MÍNIMO 3,0 CM DE LARGURA) DE MADEIRA (SUCUPIRA PRETA OU SIMILAR) ENVERNIZADOS, MEDINDO 2,5 X 0,90 X 0,76		
055	MESA DE REUNIOES C/ 13 LUGARES	UN	2	MESA DE REUNIOES C/ 13 LUGARES		
056	MESA EM L COM DUAS GAVETAS (COM CHAVE) EM MDF LARGURA FRONTAL 180 CM E LARGURA LATERAL 90 CM	UN	21	MESA EM L COM DUAS GAVETAS (COM CHAVE) EM MDF LARGURA FRONTAL 180 CM E LARGURA LATERAL 90 CM		
057	MESA PARA COMPUTADOR 0,90 X 0,60	UN	4	MESA PARA COMPUTADOR 0,90 X 0,60		
058	MESA PLÁSTICA INFANTIL 0,65X0,50X0,46CM	UN	2	MESA PLASTICA INFANTIL 0,65X0,50X0,46CM + 4 CADEIRAS (C X L X A): 35 X 32 X 51 CM. MATERIAL LEVE E RESISTENTE DESIGN MODERNO INFINITAS UTILIDADES INFINITAS BRINCADEIRAS SATISFAÇÃO E DIVERSÃO GARANTIDA! MATERIAL: PLÁSTICO		
059	MICROONDAS 21 LITROS DIMENSÕES APROXIMADAS DO PRODUTO: ALTURA: 28,70 CM / LARGURA: 46,10 CM / PROFU	UN	3	MICROONDAS 21 LITROS DIMENSÕES APROXIMADAS DO PRODUTO: ALTURA: 28,70 CM / LARGURA: 46,10 CM / PROFUNDIDADE: 37,30CM POTÊNCIA: 700W PRATO (DIÂMETRO): 27 CM		
060	PROJETOR MULTIMÍDIA - ENTRADAS: DVI-D, 3 RGB, 2 ÁUDIO,	UN	3	PROJETOR MULTIMÍDIA - ENTRADAS: DVI-D, 3 RGB, 2 ÁUDIO, VÍDEO, S-VÍDEO, REMOTE, USB COMPATIBILIDADE: NTSC, M-NTSC,		



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO

Setor de Licitações

Contato: (34) 3811-0070 licitacao@po.mg.gov.br



	VÍDEO, S-VÍDEO, REMOTE, USB COMPATIBILIDADE:			PAL, PAL-M, PALN, PAL-60 E SECAM ÁUDIO: 2 X 2,0 WATTS RESOLUÇÃO REAL: XGA (1024 X 768) RESOLUÇÕES SUPOSTADAS (1): VGA, SVGA, XGA RESOLUÇÕES SUPOSTADAS (2): SXGA, UXGA, MAC CORES PROJETÁVEIS:: 16700 MILHÕES TAXA DE CONTRASTE: 500:1 LUMINOSIDADE: 3200 ANSILUMENS TAMANHO IMAGEM: 40 A 300 POLEGADAS (DIAGONAL) LAMPADA DE PROJEÇÃO: 270 W UHP, COM VIDA ÚTIL PARA 2.000 HORAS TENSÃO: 100 A 240 VOLTS A 50/60 HZ, COMUTAÇÃO AUTOMÁTICA ACESSÓRIOS: CONTROLE REMOTO COM LASER POINT, CABO RGB, CABOS ACESSÓRIOS(1): DE ÁUDIO/VÍDEO, CABO DE ALIMENTAÇÃO, BATERIA.		
061	QUADRO BRANCO 90 X 120 CM	UN	31	QUADRO BRANCO 90 X 120 CM, COM MOLDURA EM ALUMINIO		
062	SUPORTE PARA CPU	UN	20	SUPORTE PARA CPU, AJUSTÁVEL COM RODINHAS		
063	SUPORTE PARA TV 32 POLEGADAS	UN	6	SUPORTE PARA TV 32 POLEGADAS		
064	SUPORTE PARA TV 42 POLEGADAS	UN	1	SUPORTE PARA TV 42 POLEGADAS SUPORTE MULTIVISÃO PEDESTAL-CLASS DE CHÃO PARA TV/MONITOR; SUPORTA 1 TV OU MONITOR. É COMPATÍVEL COM TV OU MONITOR LCD. SUPORTA ATÉ 25 KG. DISTÂNCIA MÍNIMA À PAREDE DE 58.5 CM E MÁXIMA DE 58.5 CM. INCLUI KIT DE INSTALAÇÃO. FABRICADO EM AÇO. COM ORGANIZADOR DE CABOS. DESIGN COMPACTO PARA ECONOMIZAR ESPAÇO.		
065	TANQUINHO DE LAVAR ROUPAS 10 KG	UN	7	TANQUINHO DE LAVAR ROUPAS 10 KG COR: BRANCA, TIPO DE LAVADORA: SEMIAUTOMÁTICA CAPACIDADE DE ROUPA SECA: 10 KG PAINEL DE CONTROLE: AUTOMÁTICO PAINEL: 5 PRGRAMAS, 2 INTERVALOS PARA MOLHO E DESLIGAMENTO AUTOMÁTICO TAMPA SAN FILTRO PRODUZIDO EM POLIPROPILENO, COM FUNÇÃO DE REter FIAPOS E PEQUENOS OBJETOS BATEDOR NA POSIÇÃO HORIZONTAL, COM ROTAÇÃO CONTÍNUA E EIXO EM AÇO INOX. LAVAGEM POR TUBILHONAMENTO MOTOR: COM PROTETOR TÉRMICO, QUE SE DESLIGA AUTOMATICAMENTE EM CASO DE OSCILAÇÃO DE VOLTAGEM OU AUMENTO DE TEMPERATURA, RELIGANDO EM SEGUIDA EVITANDO DANOS. PÉS: BASE INTEIRIÇA, PRODUZIDA EM POLIPROPILENO RESISTENTE E DURÁVEL.		



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO

Setor de Licitações

Contato: (34) 3811-0070 licitacao@po.mg.gov.br



				DISPENSER PARA SABÃO SISTEMA DE DRENAGEM TRANSMISSÃO ESPECIAL: CORREIA AUTO AJUSTÁVEL DIMENSÕES ALTURA: 93 CM LARGURA: 48 CM PROFUNDIDADE: 54 CM PESO: 11,307 KG		
066	TELEVISOR - TIPO: SMART LED, TELA PLANA, 42 POLEGADAS, FULL HD, WI-FI, 03 ENTRADAS DE HDMI, TENSÃO:	UN	4	TELEVISOR - TIPO: SMART LED, TELA PLANA, 42 POLEGADAS, FULL HD, WI-FI, 03 ENTRADAS DE HDMI, TENSÃO: 100/220V 60HZ		
067	TELEVISOR 32 POLEGADAS LED	UN	3	TELEVISOR 32 POLEGADAS LED		
068	VENTILADOR C/PEDESTAL,60CM/24 POLEGADAS	UN	15	VENTILADOR C/PEDESTAL, 60CM/24 POLEGADAS 3 HÉLICES CONTROLE DE VELOCIDADE ROTATIVO GRADE METÁLICA CROMADA OSCILAÇÃO PARA DIREITA E ESQUERDA,POTÊNCIA 200 W ROTAÇÃO MÁXIMA 1700 RPM TENSÃO BIVOLT,ALTURA PEDESTAL: 1,2 M A 1,8 M,GARANTIA DE 12 MESES		
069	VENTILADOR COM PEDESTAL, 40CM DE DIÂMETRO,140W 110 VOLTS 6 PÁS	UN	21	VENTILADOR COM PEDESTAL, 40CM DE DIÂMETRO,140W 110 VOLTS 6 PÁS		
070	VENTILADOR DE MESA 40 CM 110 V	UN	5	VENTILADOR DE MESA 40 CM 110 V		
071	VENTILADOR DE PAREDE 200W DIÂMETRO MÍNIMO DE 60CM	UN	7	VENTILADOR DE PAREDE 200W DIÂMETRO MÍNIMO DE 60CM		
072	VENTILADOR DE PAREDE INDUSTRIAL 1M ½ CV 3 VELOCIDADES 127/220V	UN	10	VENTILADOR DE PAREDE INDUSTRIAL 1M ½ CV 3 VELOCIDADES 127/220V		
073	VENTILADOR DE PAREDE, 50CM 3 VELOCIDADES	UN	20	VENTILADOR DE PAREDE, 50CM 3 VELOCIDADES		

DECLARAMOS que os preços incluem todos os custos diretos e indiretos, encargos tributários, transportes, encargos trabalhistas, dentre outros. Finalmente, declaramos que temos pleno conhecimento de todos os aspectos relativos à licitação em causa e nossa plena concordância com as condições estabelecidas no Edital da licitação e seus Anexos.

Esta proposta tem validade de 60 (sessenta) dias, contadas a partir da presente data.

Prazo de Entrega: Conforme Edital

Condições de Pagamento: Conforme Edital

_____, ____ de _____ de 2024

Nome e assinatura do representante legal

(carimbo da empresa)



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO

Setor de Licitações

Contato: (34) 3811-0070 licitacao@po.mg.gov.br



ANEXO III

MODELO DE DECLARAÇÃO DE CONDIÇÕES DE ME, EPP OU EQUIPARADA.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 082/2024

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 054/2024

REGISTRO DE PREÇOS Nº 037/2024

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, por intermédio de seu representante legal Sr.(a) _____, portador do Documento de Identidade nº _____, inscrito no CPF sob o nº _____ DECLARA, sob as penas da Lei, que não está sujeita a quaisquer dos impedimentos do § 4º do art. 3º da Lei Complementar n.º 123/2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da citada lei e que cumpre os requisitos legais para qualificação como:

() Microempresa, ME, () Empresa de Pequeno Porte, EPP, definida no art. 3º da Lei Complementar n.º 123/2006;

() Sociedade cooperativa equiparada à ME ou EPP, tendo auferido, no ano-calendário anterior, receita bruta correspondente aos limites definidos no inciso II do art. 3º da Lei Complementar n.º 123, de 2006, nela incluídos os atos cooperados e não cooperados.

(Assinalar a condição da empresa)

() Declaro que a empresa possui restrição fiscal no(s) documento(s) de habilitação e pretendemos utilizar o prazo previsto no art. 43, § 1º, da Lei Complementar n.º 123/06, para regularização, estando ciente que, do contrário, decairá o direito à contratação, estando sujeita às sanções previstas no art. 156 da Lei Federal nº 14.133/21.

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)

_____, _____ de _____ de 2024

Nome e assinatura do representante legal

(carimbo da empresa)



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO

Setor de Licitações

Contato: (34) 3811-0070 licitacao@po.mg.gov.br



ANEXO IV

DECLARAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 082/2024

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 054/2024

REGISTRO DE PREÇOS Nº 037/2024

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, por intermédio de seu representante legal Sr.(a) _____, portador do Documento de Identidade nº _____, inscrito no CPF sob o nº _____ **DECLARA**, sob as penas da Lei, que:

- Atendem aos requisitos de habilitação,
- Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- Sua proposta econômica compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

Por fim **DECLARA** pela **veracidade das informações prestadas**, na forma da lei.

_____, _____ de _____ de 2024

Nome e assinatura do representante legal
(carimbo da empresa)



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO

Setor de Licitações

Contato: (34) 3811-0070 licitacao@po.mg.gov.br



ANEXO V

MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 14133/2021

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 082/2024

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 054/2024

REGISTRO DE PREÇOS Nº 037/2024

Fiscal da Ata de Registro de Preços: Correspondente a cada Secretaria

Gestor da Ata de Registro de Preços: Lara Fernandes R. Ribeiro, Nilda Maria de Sousa Borges, Paula Dimieve Fernandes Netta, Gilmar Caetano Da Silva, Rafael Caetano da Fonseca, Eugênio Pinheiro Araújo.

Por esta Ata de Registro de Preços, que fazem entre si, de um lado o MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob o nº 18.602.060/0001-40, sediado na Praça Doutor Castilho, nº 10, Centro, em Presidente Olegário – MG, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Senhor RHENYS DA SILVA CAMBRAIA, brasileiro, casado, Militar da Reserva; inscrito no CPF sob o nº _____ e Carteira de Identidade RG: _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº _____, Bairro _____, CEP 38750-000, em Presidente Olegário - MG, doravante denominado CONTRATANTE, e de outro lado, a empresa _____, pessoa jurídica, inscrita no CNPJ sob o nº _____/_____-_____, situada _____, nº _____ CIDADE/UF, CEP, neste ato REPRESENTADA por seu representante legal, o(a) Sr(a) _____, inscrito no CPF nº _____ e RG nº _____, doravante denominada CONTRATADA, resolvem firmar a presente ata de registro de preços, na forma da Lei Federal nº 14.133/2021 e, subsidiariamente, pelo Decreto Municipal nº 1.497, de 01 de agosto de 2022 e demais normas pertinentes, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Aprovado

Amely Maria de Almeida Pinheiro
OAB/MG 128.148
Procuradora Municipal

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DOS FUNDAMENTOS LEGAIS

1.1. A presente ata de registro de preços decorre da homologação do Processo Licitatório nº. 082/2024 por meio do Pregão Eletrônico nº. 054/2024 pelo procedimento de Registro de Preços 037/2024 regido, subsidiariamente, pelo disposto na Lei Federal nº. 14.133/2021, e demais normas pertinentes.

1.2. Integram esta Ata de Registro de Preços, como se nela estivessem transcritos, o Edital da Licitação, o Termo de Referência anexo ao Edital de licitação, a Proposta Comercial apresentada pela CONTRATADA e os eventuais anexos dos documentos supracitados.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO E SECRETARIAS REQUISITANTES

2.1. O objeto da presente ata é a **REGISTRO DE PREÇOS DESTINADO À FUTURA, EVENTUAL E PARCELADA AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO E EQUIPAMENTOS PARA ATENDIMENTO DO MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO**, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

2.2. Secretaria Requisitante:

Secretaria Municipal de Administração

Gestor: Eugenio Pinheiro Araújo

Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social

Gestor: Paula Dimieve Fernandes Netta

Secretaria Municipal de Saúde

Gestor: Lara Fernandes R. Ribeiro

Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Turismo

Gestor: Nilda Maria de Sousa Borges

Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária e Meio Ambiente

Gestor: Rafael Caetano da Fonseca.

Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos

Gestor: Gilmar Caetano Da Silva

Fiscal: Correspondente a cada Secretaria

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. Conforme estabelecido no Edital e/ou Termo de Referência.

4. CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO

Setor de Licitações

Contato: (34) 3811-0070 licitacao@po.mg.gov.br



4.1. O prazo de validade desta Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano a contar da data de __/__/__, findando em __/__/__, e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, na forma do art. 84 da Lei nº 14.133 de 2021.

4.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida em conformidade com as disposições do art. 105 da Lei nº 14.133 de 2021.

5. CLÁUSULA QUINTA – DOS MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO

5.1. As atividades de gestão e fiscalização da execução da Ata devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão da Ata.

6. CLÁUSULA SEXTA – DA SUBCONTRATAÇÃO

6.1. Conforme estabelecido no termo de referência.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – DO PREÇO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

7.1. A presente ARP tem o seu valor com o total de R\$ ____ (____ reais), conforme quadro abaixo.

Item	Descrição	Marca	Quantidade	Unidade	Valor do Item	Valor Total
Total do Fornecedor:						

7.2. Os pagamentos serão realizados pelo Município em até **15 (quinze)** dias após a entrega, mediante apresentação de documento fiscal correspondente ao fornecimento/serviço efetuado cumpridas todas as formalidades legais anteriores a este ato, incluídas nestas o atestado de recebimento dos materiais.

7.2.1. O pagamento à contratada somente será realizado mediante a apresentação da Nota Fiscal Eletrônica e do atestado de aceite pela Secretaria solicitante.

7.2.2. À CONTRATANTE fica reservado o direito de não efetuar o pagamento se, no ato da conferência, o objeto contratual não estiver em perfeitas condições e de acordo com as especificações estipuladas.

7.2.3. Havendo erro na nota Fiscal ou circunstâncias que impeçam a liquidação da despesa, aquela será devolvida à licitante vencedora, pelo responsável pelo recebimento, e o pagamento ficará pendente até que a mesma providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou representação do documento fiscal não acarretando qualquer ônus para a Administração Municipal.

7.3. O pagamento será efetuado através de crédito em conta corrente bancária, devendo o licitante vencedor apresentar o número de conta, o banco e a agência junto ao corpo da Nota Fiscal ou em anexo.

7.3.1. Em caso de alteração de conta bancária, deverá comunicar, formalmente, à Secretaria Municipal de Fazenda para que seja feita a retificação da conta cadastrada.

7.4. Somente serão efetuados pagamentos para as notas fiscais emitidas pelo participante do processo licitatório, ou seja, mesmo CNPJ, sob pena de rescisão de ARP, não sendo admitido pagamento para outrem através de procuração (Decreto Municipal nº 987 de 14 de junho de 2017 e de acordo com o protocolo ICMS 19/2011 da Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais).

7.5. Uma vez paga a importância discriminada na nota fiscal/fatura, a contratada dará ao Município de Presidente Olegário plena, geral e irretratável quitação dos valores nela discriminados, para nada mais vir a reclamar ou exigir a qualquer título, tempo ou forma.

7.6. Todo pagamento que vier a ser considerado contratualmente indevido será objeto de ajuste nos pagamentos futuros ou cobrados da contratada.

7.7. Nenhum pagamento será efetuado a Contratada enquanto pendente de liquidação, obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade.

7.8. A CONTRATADA deverá fornecer junto à Nota Fiscal, comprovantes de quitação das obrigações trabalhistas, FGTS e previdenciárias, referentes ao mês anterior, a emissão da Nota Fiscal deverá obedecer aos recolhimentos/retenções de acordo com a lei vigente.

7.9. A critério da Administração, poderão ser utilizados os pagamentos devidos para cobrir possíveis despesas com multas, indenizações a terceiros, ou outras de responsabilidade da contratada.

7.10. O Município de Presidente Olegário, no ato dos pagamentos, realizará as retenções tributárias devidas, inclusive retenção do Imposto de Renda, nos termos da IN RFB nº 1.234/12, do Decreto Municipal nº 1.669



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO

Setor de Licitações

Contato: (34) 3811-0070 licitacao@po.mg.gov.br



de 27 de julho de 2023.

7.10.1. Compete exclusivamente aos fornecedores analisarem o disposto na IN RFB 1.234/12, no Decreto Municipal nº 1.669 de 27 de julho de 2023 com vistas a requererem eventuais imunidades, isenções ou não incidência da retenção do Imposto de Renda.

8. CLÁUSULA OITAVA – DO REEQUILÍBRIO

8.1. Do reequilíbrio:

8.1.1. Para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos da CONTRATADA e a retribuição da Administração para a justa remuneração do objeto, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual, os valores constantes desta cláusula serão ajustados na proporção da alteração que houver nos preços do produto, precedido da demonstração do aumento dos custos, os quais poderão ser comprovados com documentos fiscais, contratos, convenções coletivas, na devida proporção do reflexo na formação da planilha de preço e compatibilidade com os valores de mercado.

8.1.2. O reequilíbrio econômico-financeiro do contrato ocorrerá, ainda, quando da redução dos custos.

8.1.3. Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridas após a data da apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão a revisão destes para mais ou para menos, conforme o caso.

8.1.4. Incumbirá ao interessado a iniciativa e o encargo de manifestar interesse, assim bem como, apresentar o cálculo minucioso do reequilíbrio econômico-financeiro a ser aprovado pela CONTRATANTE, juntando o respectivo memorial de cálculo e as demais provas que se fizerem necessárias.

8.1.5. Para a justa concessão de reequilíbrio econômico-financeiro, a CONTRATADA deve apresentar Notas Fiscais que demonstrem o desequilíbrio do contrato, sendo, no mínimo, uma NF com Data Emissão próxima a data da última proposta da contratada e uma NF com Data Emissão atualizada, indicar o item para o qual pretende a aplicação do reequilíbrio econômico-financeiro, da forma que se encontra na Ata de Registro de Preços ou no Contrato, com descrição completa e número do item, indicar o valor que pretende receber a título de reequilíbrio econômico-financeiro.

8.1.6. Somente serão consideradas as solicitações de revisão dos preços, aquelas que tenham concluído o prazo mínimo da proposta, mantenham a margem de lucro estabelecida na assinatura do contrato, não ultrapassem a média dos preços encontrados no mercado em geral, que o contrato esteja vigente e ainda possua saldo.

8.1.7. Sem a apresentação das informações indicadas nos itens “8.2.5” e “8.2.6”, a solicitação de reequilíbrio econômico-financeiro não poderá ser analisada por falta de elementos essenciais.

8.1.8. O reequilíbrio econômico-financeiro será concedido mediante aplicação do percentual de lucro auferido na data de apresentação da proposta acrescido do valor atual de compra do produto, como determina o inciso XXI, do artigo 37 da Constituição Federal.

8.1.9. O MUNICÍPIO e o CONTRATADO poderão restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro do Contrato, nos termos do artigo 124, inciso II, alínea “d”, da Lei Federal nº 14.133/21, por repactuação precedida de demonstração do aumento ou diminuição dos custos, obedecidos os critérios estabelecidos em planilha de formação dos preços e tendo sempre como limite a média dos preços encontrados no mercado em geral.

8.1.10. A simples apresentação de notas fiscais de aquisição, por si só, não justificará a concessão de reequilíbrio contratual.

8.1.11. Se for o caso, incube a Administração, como fiscal do contrato e por se tratar de tarefa Administrativa, verificar a correção da planilha de custos reequilibrada apresentada pela requerente, em confronto com a Planilha apresentada na proposta, por meio de servidor com conhecimento técnico ou setor competente, se ocorreu a efetiva repercussão dos eventos discriminados no pedido pela forma da Lei, assim, contemplando corretamente os custos que realmente tiveram os fatos comprovados e a partir de que data ocorreu.

8.1.12. O reequilíbrio econômico-financeiro do objeto desta licitação será analisado e processado em



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO

Setor de Licitações

Contato: (34) 3811-0070 licitacao@po.mg.gov.br



conformidade com a Lei nº 14.133/21. Cabe a CONTRATADA apresentar documentos (originais, autenticados em cartório, ou autenticados por servidor) que justifiquem e comprovem o pedido de reequilíbrio.

8.1.13. Os valores constantes do contrato serão ajustados na proporção da alteração que houver nos preços do objeto, precedido da demonstração do aumento dos custos, os quais poderão ser comprovados com documentos fiscais, contratos, convenções coletivas, na devida proporção do reflexo na formação da planilha de preço e compatibilidade com os valores de mercado.

9. CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES GERAIS DAS PARTES

9.1. São obrigações da **CONTRATANTE**:

9.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

9.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

9.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

9.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

9.1.5. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Termo;

9.1.6. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Termo;

9.1.7. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Termo, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

9.1.8. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9.2. São obrigações da **CONTRATADA**:

9.2.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Termo e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.

9.2.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor ([Lei nº 8.078, de 1990](#));

9.2.3. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

9.2.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior ([art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021](#)) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.2.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.2.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.2.7. O contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

9.2.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

9.2.9. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

9.2.10. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO

Setor de Licitações

Contato: (34) 3811-0070 licitacao@po.mg.gov.br



contrato;

9.2.11. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no [art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

9.2.12. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

10.1. Conforme estabelecido no termo de referência.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

I- Der causa à inexecução parcial da ARP;

II- Der causa à inexecução parcial da ARP que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

III- Der causa à inexecução total da ARP;

IV- Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

V- Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

VI- Praticar ato fraudulento na execução da ARP;

VII- comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

VIII- Praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#).

11.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes **sanções**:

a) Advertência;

b) Multa;

c) Impedimento de licitar e contratar e

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

a) A natureza e a gravidade da infração cometida.

b) As peculiaridades do caso concreto.

c) As circunstâncias agravantes ou atenuantes.

d) Os danos que dela provierem para a Administração Pública.

e) A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor da ARP licitado, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

11.4.1. moratória de **0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado** sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 dias;

11.4.1.1 O atraso superior a 60 dias autoriza a Administração a promover a extinção da ARP por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

11.4.4. compensatória de até 30% (trinta por cento) sobre o valor total da ARP, no caso de inexecução total do objeto.

11.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

11.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

11.7. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações administrativas previstas que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no [art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021](#).

11.8. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar a ARP, ou em aceitar ou retirar o instrumento



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO

Setor de Licitações

Contato: (34) 3811-0070 licitacao@po.mg.gov.br



equivalente no prazo estabelecido pela Administração, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação.

11.9. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.10. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

11.11. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.12. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

12.1. A ata de registro de preço do fornecedor será cancelada quando:

12.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços.

12.1.2. Não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável.

12.1.3. Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado.

12.1.4. Sofrer sanção prevista no artigo 156 da Lei 14.133/21.

12.2. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

12.2.1. por razão de interesse público;

12.2.2. a pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

12.2.3. se não houver êxito nas negociações quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado, por motivo superveniente.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1. Poderão ser utilizadas qualquer dotação orçamentária prevista para o exercício de 2024, destinadas ao pagamento do objeto licitado, por ser registro de preços.

13.2. A parte das despesas decorrentes desta licitação que não forem realizadas em 2024, correrão à conta de dotações orçamentárias próprias de exercícios futuros.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – CASOS OMISSOS

14.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei [nº 14.133, de 2021](#), e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na [Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor](#) – e normas e princípios gerais dos contratos.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO FORO

15.1. Fica eleito o foro da Comarca de Presidente Olegário – MG, como único competente para dirimir as dúvidas ou controvérsias resultantes da interpretação desta ata, renunciando a qualquer outro por mais privilegiado que seja. E por estarem assim ajustadas, as partes, com as testemunhas abaixo, assinam o presente instrumento.

Presidente Olegário/MG, ____ de _____ de 2024.

MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO

Rhenys da Silva Cambraia

Prefeito Municipal

SECRETARIA MUNICIPAL

Secretário(a)

EMPRESA

Representante Legal

TESTEMUNHAS: I - _____

Nome CPF:

II - _____

Nome CPF:



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO

Setor de Licitações

Contato: (34) 3811-0070 licitacao@po.mg.gov.br



ANEXO VI

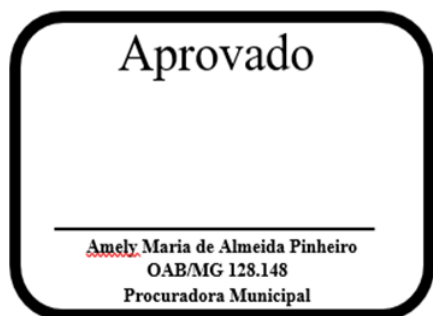
MINUTA DE CONTRATO CONFORME ART 92 14.133/2021

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 082/2024

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 054/2024

Fiscal da Ata de Registro de Preços: Correspondente a cada Secretaria.

Gestor da Ata de Registro de Preços: : Lara Fernandes R. Ribeiro, Nilda Maria de Sousa Borges, Paula Dimieve Fernandes Netta, Gilmar Caetano Da Silva, Rafael Caetano da Fonseca, Eugênio Pinheiro Araújo.



Por este contrato, que fazem entre si, de um lado o **MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO**, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob o nº 18.602.060/0001-40, sediado na Praça Doutor Castilho, nº 10, Centro, em Presidente Olegário – MG, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Senhor **RHENYS DA SILVA CAMBRAIA**, brasileiro, casado, Militar da Reserva; inscrito no CPF sob o nº _____ e Carteira de Identidade RG: _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº _____, Bairro _____, CEP 38750-000, em Presidente Olegário - MG, doravante denominado CONTRATANTE, e de outro lado, a empresa _____, pessoa jurídica, inscrita no CNPJ sob nº _____, situada na Rua _____,

nº _____, Bairro _____, **CIDADE/UF**, CEP _____, telefone _____, e-mail _____, neste ato REPRESENTADA por seu representante legal, o (a) Sr.(a) _____, inscrita no CPF nº _____, e RG nº _____, doravante denominada CONTRATADA, resolvem firmar o presente contrato, na forma da Lei Federal nº 14.133/2021 e, subsidiariamente, pelo Decreto Municipal nº 1.497, de 01 de agosto de 2022 e demais normas pertinentes, mediante as seguintes cláusulas e condições:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DOS FUNDAMENTOS LEGAIS

1.1. O presente contrato decorre da homologação do Processo Licitatório nº. 082/2024 por meio do Pregão Eletrônico nº 054/2024 regido, subsidiariamente, pelo disposto na Lei Federal nº. 14.133/2021, e demais normas pertinentes.

1.2. Integram este contrato, como se nele estivessem transcritos, o Estudo Técnico Preliminar, o Termo de Referência do Edital de licitação, o próprio edital e a Proposta Comercial apresentada pela CONTRATADA e demais documentos que se encontram anexos ao Instrumento Convocatório do certame que deu origem a este contrato.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

2.1. O presente contrato tem como objeto **REGISTRO DE PREÇOS DESTINADO À FUTURA, EVENTUAL E PARCELADA AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO E EQUIPAMENTOS PARA ATENDIMENTO DO MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO.**

2.2. Secretaria Requisitante:

Secretaria Municipal de Administração

Gestor: Eugenio Pinheiro Araújo

Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social

Gestor: Paula Dimieve Fernandes Netta

Secretaria Municipal de Saúde

Gestor: Lara Fernandes R. Ribeiro

Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Turismo

Gestor: Nilda Maria de Sousa Borges

Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária e Meio Ambiente

Gestor: Rafael Caetano da Fonseca.

Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos

Gestor: Gilmar Caetano Da Silva

Fiscal: Correspondente a cada Secretaria

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DA EXECUÇÃO DO OBJETO (ENTREGA, RECEBIMENTO/MEDIÇÃO)

3.1. Conforme estabelecido no termo de referência.



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO

Setor de Licitações

Contato: (34) 3811-0070 licitacao@po.mg.gov.br



4. CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

4.1. O presente contrato terá vigência de meses ou anos a partir da data de / / , findando em / / e poderá ser prorrogado caso haja interesse entre as partes desde que em conformidade com o art. 105 da Lei nº 14.133/2021.

5. CLÁUSULA QUINTA – DOS MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAL

5.1. As atividades de gestão e fiscalização da execução do contrato devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato.

6. CLÁUSULA SEXTA – DA SUBCONTRATAÇÃO

6.1. Conforme estabelecido no termo de referência.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – DO PREÇO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

7.1. O presente contrato tem o seu valor com o total de R\$ (reais), conforme quadro abaixo.

Item	Descrição	Marca	Quantidade	Unidade	Valor do Item	Valor Total
Total do Fornecedor:						

7.2. Os pagamentos serão realizados pelo Município em até **15 (quinze)** dias após a entrega, mediante apresentação de documento fiscal correspondente ao fornecimento/serviço efetuado cumpridas todas as formalidades legais anteriores a este ato, incluídas nestas o atestado de recebimento dos materiais.

7.2.1. O pagamento à contratada somente será realizado mediante a apresentação da Nota Fiscal Eletrônica e do atestado de aceite pela Secretaria solicitante.

7.2.2. À CONTRATANTE fica reservado o direito de não efetuar o pagamento se, no ato da conferência, o objeto contratual não estiver em perfeitas condições e de acordo com as especificações estipuladas.

7.2.3. Havendo erro na nota Fiscal ou circunstâncias que impeçam a liquidação da despesa, aquela será devolvida à licitante vencedora, pelo responsável pelo recebimento, e o pagamento ficará pendente até que a mesma providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou representação do documento fiscal não acarretando qualquer ônus para a Administração Municipal.

7.3. O pagamento será efetuado através de crédito em conta corrente bancária, devendo o licitante vencedor apresentar o número de conta, o banco e a agência junto ao corpo da Nota Fiscal ou em anexo.

7.3.1. Em caso de alteração de conta bancária, deverá comunicar, formalmente, à Secretaria Municipal de Fazenda para que seja feita a retificação da conta cadastrada.

7.4. Somente serão efetuados pagamentos para as notas fiscais emitidas pelo participante do processo licitatório, ou seja, mesmo CNPJ, sob pena de rescisão de contrato, não sendo admitido pagamento para outrem através de procuração (Decreto Municipal nº 987 de 14 de junho de 2017 e de acordo com o protocolo ICMS 19/2011 da Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais).

7.5. Uma vez paga a importância discriminada na nota fiscal/fatura, a contratada dará ao Município de Presidente Olegário plena, geral e irretratável quitação dos valores nela discriminados, para nada mais vir a reclamar ou exigir a qualquer título, tempo ou forma.

7.6. Todo pagamento que vier a ser considerado contratualmente indevido será objeto de ajuste nos pagamentos futuros ou cobrados da contratada.

7.7. Nenhum pagamento será efetuado a Contratada enquanto pendente de liquidação, obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade.

7.8. A CONTRATADA deverá fornecer junto à Nota Fiscal, comprovantes de quitação das obrigações trabalhistas, FGTS e previdenciárias, referentes ao mês anterior, a emissão da Nota Fiscal deverá obedecer aos recolhimentos/retenções de acordo com a lei vigente.

7.9. A critério da Administração, poderão ser utilizados os pagamentos devidos para cobrir possíveis



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO

Setor de Licitações

Contato: (34) 3811-0070 licitacao@po.mg.gov.br



despesas com multas, indenizações a terceiros, ou outras de responsabilidade da contratada.

7.10. O Município de Presidente Olegário, no ato dos pagamentos, realizará as retenções tributárias devidas, inclusive retenção do Imposto de Renda, nos termos da IN RFB nº 1.234/12, do Decreto Municipal nº 1.669 de 27 de julho de 2023.

7.10.1. Compete exclusivamente aos fornecedores analisarem o disposto na IN RFB 1.234/12, no Decreto Municipal nº 1.669 de 27 de julho de 2023 com vistas a requererem eventuais imunidades, isenções ou não incidência da retenção do Imposto de Renda.

8. CLÁUSULA OITAVA – DO REEQUILÍBRIO

8.1. Do reequilíbrio:

8.1.1. Para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos da CONTRATADA e a retribuição da Administração para a justa remuneração do objeto, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual, os valores constantes desta cláusula serão ajustados na proporção da alteração que houver nos preços do produto, precedido da demonstração do aumento dos custos, os quais poderão ser comprovados com documentos fiscais, contratos, convenções coletivas, na devida proporção do reflexo na formação da planilha de preço e compatibilidade com os valores de mercado.

8.1.2. O reequilíbrio econômico-financeiro do contrato ocorrerá, ainda, quando da redução dos custos.

8.1.3. Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridas após a data da apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão a revisão destes para mais ou para menos, conforme o caso.

8.1.4. Incumbirá ao interessado a iniciativa e o encargo de manifestar interesse, assim bem como, apresentar o cálculo minucioso do reequilíbrio econômico-financeiro a ser aprovado pela CONTRATANTE, juntando o respectivo memorial de cálculo e as demais provas que se fizerem necessárias.

8.1.5. Para a justa concessão de reequilíbrio econômico-financeiro, a CONTRATADA deve apresentar Notas Fiscais que demonstrem o desequilíbrio do contrato, sendo, no mínimo, uma NF com Data Emissão próxima a data da última proposta da contratada e uma NF com Data Emissão atualizada, indicar o item para o qual pretende a aplicação do reequilíbrio econômico-financeiro, da forma que se encontra na Ata de Registro de Preços ou no Contrato, com descrição completa e número do item, indicar o valor que pretende receber a título de reequilíbrio econômico-financeiro.

8.1.6. Somente serão consideradas as solicitações de revisão dos preços, aquelas que tenham concluído o prazo mínimo da proposta, mantenham a margem de lucro estabelecida na assinatura do contrato, não ultrapassem a média dos preços encontrados no mercado em geral, que o contrato esteja vigente e ainda possua saldo.

8.1.7. Sem a apresentação das informações indicadas nos itens “8.2.5” e “8.2.6”, a solicitação de reequilíbrio econômico-financeiro não poderá ser analisada por falta de elementos essenciais.

8.1.8. O reequilíbrio econômico-financeiro será concedido mediante aplicação do percentual de lucro auferido na data de apresentação da proposta acrescido do valor atual de compra do produto, como determina o inciso XXI, do artigo 37 da Constituição Federal.

8.1.9. O MUNICÍPIO e o CONTRATADO poderão restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro do Contrato, nos termos do artigo 124, inciso II, alínea “d”, da Lei Federal nº 14.133/21, por repactuação precedida de demonstração do aumento ou diminuição dos custos, obedecidos os critérios estabelecidos em planilha de formação dos preços e tendo sempre como limite a média dos preços encontrados no mercado em geral.

8.1.10. A simples apresentação de notas fiscais de aquisição, por si só, não justificará a concessão de reequilíbrio contratual.

8.1.11. Se for o caso, incube a Administração, como fiscal do contrato e por se tratar de tarefa Administrativa, verificar a correção da planilha de custos reequilibrada apresentada pela requerente, em confronto com a Planilha apresentada na proposta, por meio de servidor com conhecimento técnico ou setor competente, se ocorreu a efetiva repercussão dos eventos discriminados no pedido pela forma da Lei, assim, contemplando corretamente os custos que realmente tiveram os fatos



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO

Setor de Licitações

Contato: (34) 3811-0070 licitacao@po.mg.gov.br



comprovados e a partir de que data ocorreu.

8.1.12. O reequilíbrio econômico-financeiro do objeto desta licitação será analisado e processado em conformidade com a Lei nº 14.133/21. Cabe a CONTRATADA apresentar documentos (originais, autenticados em cartório, ou autenticados por servidor) que justifiquem e comprovem o pedido de reequilíbrio.

8.1.13. Os valores constantes do contrato serão ajustados na proporção da alteração que houver nos preços do objeto, precedido da demonstração do aumento dos custos, os quais poderão ser comprovados com documentos fiscais, contratos, convenções coletivas, na devida proporção do reflexo na formação da planilha de preço e compatibilidade com os valores de mercado.

9. CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES GERAIS DAS PARTES

9.1. São obrigações da **CONTRATANTE**:

9.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

9.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

9.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

9.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

9.1.5. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Termo;

9.1.6. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Termo;

9.1.7. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Termo, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

9.1.8. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9.2. São obrigações da **CONTRATADA**:

9.2.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Termo e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.

9.2.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor ([Lei nº 8.078, de 1990](#));

9.2.3. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

9.2.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior ([art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021](#)) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.2.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.2.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.2.7. O contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

9.2.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

9.2.9. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas,



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO

Setor de Licitações

Contato: (34) 3811-0070 licitacao@po.mg.gov.br



todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

9.2.10. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.2.11. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no [art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

9.2.12. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

10.1. Conforme estabelecido no termo de referência.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES

11.1. Comete **infração** administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

I- Der causa à inexecução parcial do contrato;

II- Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

III- Der causa à inexecução total do contrato;

IV- Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

V- Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

VI- Praticar ato fraudulento na execução do contrato;

VII- comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

VIII- Praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#).

11.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes **sanções**:

e) Advertência;

f) Multa;

g) Impedimento de licitar e contratar e

h) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

f) A natureza e a gravidade da infração cometida.

g) As peculiaridades do caso concreto.

h) As circunstâncias agravantes ou atenuantes.

i) Os danos que dela provierem para a Administração Pública.

j) A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

11.4.1. moratória de **0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado** sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 dias;

11.4.1.1 O atraso superior a 60 dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

11.4.4. compensatória de até 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto.

11.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

11.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

11.7. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações administrativas previstas que justifiquem a imposição de penalidade



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO

Setor de Licitações

Contato: (34) 3811-0070 licitacao@po.mg.gov.br



mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no [art. 156, §5º, da Lei nº 14.133/2021](#).

11.8. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação.

11.9. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.10. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

11.11. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.12. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS ALTERAÇÕES E DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

12.1. Das alterações:

12.1.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do [art. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#).

12.1.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

12.1.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

12.1.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do [art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

12.2. Da extinção:

12.2.1. O contrato se extingue quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

12.2.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

12.2.3. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

- a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
- b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

12.2.4. O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.2.5. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

12.2.6. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.2.7. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.2.8. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

- a) Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- b) Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- c) Indenizações e multas.



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO

Setor de Licitações

Contato: (34) 3811-0070 licitacao@po.mg.gov.br



12.2.9. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

8.1. A despesa com o objeto correrá à conta da dotação orçamentária abaixo, relativa ao exercício de 202__ e suas correspondentes ao ano posterior:

Dotação Orçamentária

8.2. Havendo necessidade, poderão ser acrescentadas novas dotações ao processo por meio de apostilamento de ficha.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – CASOS OMISSOS

14.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei [nº 14.133, de 2021](#), e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na [Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor](#) – e normas e princípios gerais dos contratos.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO FORO

15.1. Fica eleito o foro da Comarca de Presidente Olegário – MG, como único competente para dirimir as dúvidas ou controvérsias resultantes da interpretação deste contrato, renunciando a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim ajustadas, as partes, com as testemunhas abaixo, assinam o presente instrumento.

Presidente Olegário/MG, ____ de ____ de 2024.

MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO

Rhenys da Silva Cambraia
Prefeito Municipal

SECRETARIA MUNICIPAL

Secretário(a)

EMPRESA

Representante Legal

TESTEMUNHAS: I - _____

Nome CPF:

II - _____

Nome CPF: